

**DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO
ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras
Em 31 dezembro de 2024**

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
2. APRESENTAÇÃO	6
3. DESENVOLVE SP.....	6
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	8
4.1. PLANO DE NEGÓCIOS DA DESENVOLVE SP 2024	8
4.2. PÚBLICO-ALVO	10
5. DESEMPENHO	11
5.1. PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2024	11
5.2. CONJUNTURA ECONÔMICA.....	12
5.3. OPERACIONAL.....	13
5.4. FINANCEIRO.....	17
6. ATUAÇÃO.....	18
6.1. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS.....	18
6.2. PARCERIAS INSTITUCIONAIS.....	25
6.3. PUBLICIDADE E APOIO A EVENTOS.....	26
6.4. GESTÃO DE PESSOAS.....	28
6.5. INFRAESTRUTURA	29
7. GOVERNANÇA CORPORATIVA	30
7.1. CONTROLES INTERNOS, <i>COMPLIANCE</i> E GESTÃO DE RISCOS	33
7.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA.....	34
7.3. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	35
8. RESUMO DOS PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2024	36
9. CONCLUSÃO.....	38

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

No ano de 2024, a Desenvolve SP buscou fortalecer sua missão de democratizar o crédito, gerando desenvolvimento sustentável, emprego e renda. O ano foi marcado pela expansão da atuação em projetos de alto impacto para micro, pequenas, médias empresas, bem como as prefeituras do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, os principais destaques foram a nova política de taxas – com mudança do indexador de Selic para IPCA e spreads menores para municípios vulneráveis e empresas de menor porte, a retomada dos investimentos em FIPs e FIDCs, a criação da primeira linha de crédito para a agricultura, e as revisões das políticas de crédito e garantias, e cobrança. Além disso, o lançamento de linhas mais adequadas às demandas do público da DSP, incluindo uma linha de investimento simplificada, aproxima a Desenvolve SP do seu público e fortalece o seu propósito.

Em termos de desempenho, a Desenvolve SP atingiu R\$ 1 bilhão em desembolso no exercício, alcançando seu melhor biênio da história com R\$ 2 bilhões em créditos concedidos entre 2023 e 2024. A agência também alcançou o maior desembolso para o Setor Público da história, com R\$ 691 milhões concedidos aos municípios ao longo de ano de 2024, 27,5% maior que o desembolso no ano anterior. No ano, a DSP atendeu 1.408 empresas, com destaque para programas voltados à inovação e sustentabilidade ambiental, além de 92 prefeituras, com foco na melhoria da infraestrutura para melhor atender aos munícipes. Por fim, a instituição teve um Lucro Líquido de R\$ 186,8 milhões, e alcançou 92,8% das metas corporativas para o ano de 2024.

O ano de 2024 foi marcado ainda pela efetivação da nova estrutura de riscos e controles, com a entrada em operação de uma diretoria exclusiva e implantação do Comitê de Riscos e Controles Internos, com o objetivo de promover a integridade e a robustez da empresa. Outras conquistas importantes foram a integração com o Sistema de Pagamentos Brasileiro – sendo a primeira agência de fomento estadual – e as adequações contábeis significativas à Resolução CMN 4966/21.

Por fim, a Desenvolve SP segue comprometida com a agenda ESG (Ambiental, Social e Governança), com destaque para o estabelecimento de parcerias para apoiar pequenos municípios que enfrentam desafios na elaboração de projetos de infraestrutura sustentável, além da publicação do seu primeiro Relatório Anual Integrado. Adicionalmente, a Governança Corporativa foi reforçada por meio da adesão ao Movimento Transparência 100% e da avaliação do Nível da Maturidade de Governança Corporativa das Empresas e Fundações, promovido pela Sefaz, garantindo o processo de melhoria contínua das práticas da instituição.

2. APRESENTAÇÃO

Este é o 16º Relatório Anual da Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., que apresenta os resultados operacionais e financeiros do exercício de 2024 elaborados de acordo com as diretrizes da organização e as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN).

3. DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”, “DSP” ou “Instituição”), que completou 15 anos de existência em 11/03/2024, tem sede no município de São Paulo e capital integralizado de R\$ 3,2 bilhões. A Instituição iniciou suas atividades em 2009 fazendo parte da administração indireta do Estado de São Paulo e a partir de 1º de janeiro de 2023, passou a ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo.

Constitui seu objeto social a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do CMN, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

Cabe à Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, em linha com o seu Planejamento Estratégico e as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.

Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

Em 2024, a Diretoria de Controle de Riscos foi estruturada com a chegada da nova diretora. Com isso, a atual Diretoria da Desenvolve SP é composta por:

- Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente;
- Ana Paula Teixeira de Sousa – Diretora de Controle de Riscos;
- Karen Kemely Mussi Mhereb - Diretora Financeira;
- Flavio Duarte de Oliveira - Diretor Administrativo;
- Gustavo José Melo Santos - Diretor de Negócios.

FICHA TÉCNICA	
Início das atividades	03/2009
Capital Social (12/2024)	R\$ 3.156 MILHÕES
Colaboradores (12/2024)	156
Patrimônio Líquido (12/2024)	R\$ 3.395 MILHÕES
Ativos Totais (12/2024)	R\$ 4.354 MILHÕES
Patrimônio Fundos Administrados (12/2024)	R\$ 3.059 MILHÕES
Desembolso (2024)	R\$ 1.015 MILHÕES
Empresas atendidas (2024)	1.408
Prefeituras atendidas (2024)	92

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2030 teve como pilares de atuação a Governança, a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e as Práticas Ambientais, Sociais e de Governança (Princípios ESG).

Foi realizada alteração da Missão da Instituição, visando maior aderência as premissas da atual gestão do controlador da instituição, Governo do Estado de São Paulo, e nova diretoria.

➤ **MISSÃO**

Democratizar o crédito, gerando desenvolvimento sustentável, emprego e renda.

➤ **VISÃO**

Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.

➤ **VALORES**

- Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;
- Prezamos pela responsabilidade socioambiental;
- Buscamos eficiência em todos os negócios;
- Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;
- Temos orgulho de fazer parte desse time!

4.1. PLANO DE NEGÓCIOS DA DESENVOLVE SP 2024

Alinhado ao Planejamento Estratégico, o Plano de Negócios indica os caminhos táticos que a Desenvolve SP deve percorrer no ano para alcançar os objetivos definidos pela gestão.

Para o ano de 2024, a Instituição definiu objetivos e ações nos seus 3 eixos de atuação, conforme destacado abaixo:

SETOR PRIVADO

- Fomento ao empreendedorismo que gere emprego, renda e desenvolvimento;
- Sustentabilidade (com impacto social) e Inovação (baseada em demandas de mercado); e
- Foco no Micro e Pequeno empreendedor.

SETOR PÚBLICO

- Investimentos de alto impacto para prefeituras que gerem desenvolvimento, emprego e renda (ex.: Cidades inteligentes, Tratamento de resíduos, Energia limpa e Iluminação Pública); e
- Foco nos municípios pequenos (até 50 mil habitantes) e com Índice Paulista de Desenvolvimento (IPDM¹) baixo e médio.

GOVERNO DO ESTADO

- Parcerias com Secretarias para criação de programas de alto impacto para o cidadão paulista (ex.: programa habitacional, linhas emergenciais, FIDC com foco no Agronegócio).

Desses objetivos, derivaram uma série de Projetos Prioritários para o ano de 2024, com destaque para:

PRODUTOS E NEGÓCIOS

- Mudança nas taxas / custo de oportunidade;
- Revisão da política de crédito / garantias;
- Parcerias para distribuição dos produtos DSP;
- Implantação de ferramenta de atendimento ao cliente (SAC);
- Suporte na execução de projetos executivos para prefeituras;

¹O IPDM é um indicador sintético de apoio à gestão pública, que mostra o desempenho municipal em relação à riqueza, escolaridade e longevidade.

- Subscrição de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs); e
- Expansão das ações e campanhas de comunicação DSP.

PESSOAS E PROCESSOS

- Realização de concurso e redimensionamento de áreas;
- Treinamentos / capacitações por área (técnicos e de *compliance*);
- Racionalização das atividades via terceirização / parcerias; e
- Revisão das políticas de risco.

TECNOLOGIA

- Melhorias na esteira de crédito;
- Estruturação de dados para implantação de *Business Intelligence* (BI);
- Implantação da Conta Liquidação e das adequações relacionadas à Resolução CMN 4.966; e
- Automação do processo de cobrança.

O Planejamento Estratégico vigente está disponível no site da Instituição: <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/planejamento-estrategico/>

4.2. PÚBLICO-ALVO

Considerando o seu papel de ser parceiro estratégico e financeiro do Estado na execução de políticas públicas e espelhado em sua visão, o público-alvo da Desenvolve SP são as micro, pequenas, médias empresas e empresas estratégicas², bem como as prefeituras do estado de São Paulo.

² Empresas que possuam: alinhamento com vocação regional; potencial de atração de investimentos e desenvolvimento econômico; impacto social e desenvolvimento comunitário; e/ou capacidade de inovação e expansão.

Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento (Fundos de Desenvolvimento) do Estado de São Paulo, tendo como público-alvo as Secretarias de Governo do Estado.

Além do público citado, a Desenvolve SP pode atender em outros portes e segmentos, considerando a oportunidade e o interesse público.

5. DESEMPENHO

5.1. PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2024

Alinhado ao Planejamento Estratégico 2024-2030, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da Instituição, foi aprovado o Plano de Metas para 2024, de acordo com as definições do Decreto Estadual 59.598/2013. Foram definidos cinco indicadores com suas respectivas metas para 2024, sendo:

- **Índice de Cobertura:** Relação entre receitas operacionais (operações de crédito + tarifas e prestações de serviços) e despesas totais;
- **Proporção de Desembolso de Alto Impacto:** Percentual de Desembolso para Projetos de Alto Impacto (excluindo capital de giro para o setor privado e recapeamento para o setor público) em relação ao total de Desembolso;
- **Desembolso total:** Total de crédito desembolsado para o setor privado e público em 2024;
- **Taxa de Inadimplência do Setor Privado:** Percentual do saldo de carteira ativa de créditos vencidos e não pagos há mais de 90 (noventa) dias em relação ao saldo da carteira ativa do Setor Privado;
- **Projetos Prioritários:** Média do índice de execução dos 28 projetos selecionados com início no exercício de 2024, dividindo o total realizado pelo total esperado.

O atingimento da Meta Global da instituição ficou em 92,80%, conforme a composição abaixo:

DESENVOLVE SP	DATA BASE: 31/12/2024			META GLOBAL: 92,8%	
INDICADOR	PESO	META	REALIZADO	% META	% META (C/ TRAVA)
ÍNDICE DE COBERTURA	0,2	105,7%	130,3%	123,3%	100,0%
PROPORÇÃO DE DESEMBOLSO DE ALTO IMPACTO	0,2	66,0%	65,4%	99,1%	99,1%
DESEMBOLSO TOTAL	0,2	R\$ 1.250.000.000	R\$ 1.014.573.968	81,2%	81,2%
TAXA DE INADIMPLÊNCIA - SETOR PRIVADO	0,2	10,0%	7,7%	122,8%	100,0%
PROJETOS PRIORITÁRIOS	0,2	100,0%	83,9%	83,9%	83,9%

Os indicadores "Índice de Cobertura" e "Taxa de Inadimplência do Setor Privado" tiveram resultados acima do esperado. Ambos foram beneficiados por uma melhora da qualidade da carteira em relação ao ano anterior, a qual resultou em uma redução do custo de PDD e conseqüentemente da Despesa como um todo.

O "Desembolso" ficou em 81,2% da meta devido a uma atuação no Privado mais focada em Investimentos (alto impacto)³, em detrimento a Capital de Giro. Investimentos possuem um maior tempo de maturação e análise na esteira de crédito, resultando em um desembolso menor (em especial dessas linhas) ao longo de 2024. Em compensação, o indicador "Proporção de Desembolso de Alto Impacto" ficou muito próximo à meta, refletindo a preocupação da gestão em incentivar iniciativas de fomento ao invés de crédito para Capital de Giro (Privado) e Recapeamento (Público).

Por fim, o indicador "Projetos Prioritários" encerrou o ano em 83,9% de conclusão, indicando a conclusão da maior parte dos projetos críticos para o ano de 2024.

5.2. CONJUNTURA ECONÔMICA

No ano de 2024, a economia global enfrentou um ambiente desafiador, caracterizado por desaceleração no crescimento de grandes economias e persistência de tensões geopolíticas. A inflação, embora em desaceleração em países desenvolvidos, permaneceu acima das metas de muitos bancos centrais, levando a políticas monetárias ainda restritivas. Por outro lado, a recuperação da China, que vinha sendo esperada como um motor de crescimento global, mostrou-se abaixo do esperado devido a desafios estruturais, como o setor imobiliário fragilizado e uma transição econômica mais lenta. Os mercados emergentes foram impactados pela volatilidade cambial e pela menor liquidez internacional.

³ Financiamento de projetos de investimento e de aquisição de máquinas e equipamentos

A economia brasileira, em 2024, apresentou um crescimento mais robusto que o esperado, com uma expectativa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 3,5%. A taxa média de desemprego atingiu 6,6%, a menor já registrada pela série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), refletindo a criação de empregos em setores como comércio e transportes. Se de um lado o mercado de trabalho aquecido ajuda na atividade econômica, por outro provoca desafios no controle da inflação, que fechou o ano em 4,83%, pressionada não só pelo mercado de trabalho mais apertado, como também pela significativa desvalorização cambial e as expectativas desancoradas para a alta dos preços. Com essa conjuntura, o Banco Central realizou sucessivos aumentos na Taxa básica de Juros (Taxa Selic) ao longo do segundo semestre, encerrando 2024 em 12,25% ao ano.

As projeções para o PIB do estado de São Paulo em 2024 indicam um crescimento sólido entre 2,8% e 3,3%, com uma média estimada de 3,2%, conforme relatório da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Esse desempenho reflete a resiliência da economia paulista diante de um cenário de juros elevados e inflação resistente, impulsionado principalmente pelo dinamismo do setor de serviços e pelo aquecimento do mercado de trabalho, com aumento na geração de empregos formais e crescimento da renda média dos trabalhadores, fatores que estimulam o consumo e fortalecem o comércio. A produção industrial, que segue em recuperação, também contribuiu para essa trajetória de crescimento, apesar das recentes oscilações. De modo geral, as projeções refletem uma melhora na economia paulista, que segue como o principal motor da economia brasileira.

5.3. OPERACIONAL

➤ DESEMBOLSOS E SALDO DE CARTEIRA

Em 2024, os desembolsos somaram R\$ 1.015 milhões, sendo 89,8% liberados com recursos próprios e 10,2% com recursos de terceiros, atendendo 1.408 empresas, localizadas em 204 municípios, e 92 prefeituras.

O biênio 2023-2024 foi o melhor da história da agência de fomento paulista. Foram R\$ 2 bilhões em créditos concedidos para projetos de micro, pequenas e médias empresas e prefeituras.

O setor público, com o maior desembolso da história da instituição, representou 68,1% do total em 2024, atingindo R\$ 691,3 milhões, valor 27,5% maior que em 2023. O setor privado, por sua vez, atingiu o somatório de R\$ 323,3 milhões. Destes, o setor de Serviços foi responsável por 42% dos recursos obtidos, enquanto Indústria e Comércio, foram responsáveis por 27% e 24%, respectivamente.

Impulsionado pelo alto desempenho nos desembolsos ao setor público, os projetos de investimento representaram 84,2% do valor desembolsado, elevação de 21,5% em relação ao ano anterior. Capital de giro representou 14,2%, e máquinas e equipamentos, 1,6%. Cabe destacar o aumento de desembolsos considerados de “alto impacto” (excluídos os créditos para Capital de Giro e Recapeamento), que totalizaram R\$ 663,0 milhões, crescimento de 23,7% em relação a 2023.

Em 2024, os desembolsos para inovação somaram R\$ 78,4 milhões. No acumulado geral, 41,9% foram para microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099/2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

O saldo da carteira de crédito encerrou o ano com a marca recorde de R\$ 2,7 bilhões, crescimento de 10,4% em relação a 2023. Em dezembro de 2024, o setor privado e o setor público compartilhavam de 50% da carteira.

ÍNDICES	2023	2024	VARIAÇÃO
Desembolso total	R\$ 1.011,9 mi	R\$ 1.014,6 mi	+0,3%
- Setor Público	R\$ 542,2 mi	R\$ 691,3 mi	+27,5%
- Setor Privado (Investimentos)	R\$ 193,6 mi	R\$ 178,8 mi	-7,6%
- Setor Privado (Capital de Giro)	R\$ 276,1 mi	R\$ 144,5 mi	-47,7%
Saldo de Carteira	R\$ 2.447 mi	R\$ 2.703 mi	+10,4%

➤ **PARCERIAS COM MULTILATERAIS E ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

A Desenvolve SP vem trabalhando no estreitamento das relações com organizações multilaterais, consolidando parcerias que viabilizem projetos alinhados às diretrizes do planejamento estratégico da instituição. Essa atuação inclui a busca por financiamentos internacionais que possibilitem aumentar a capacidade de investimento em áreas prioritárias, como sustentabilidade, inovação e infraestrutura. Além disso, destacamos a prioridade na identificação de sinergias entre os objetivos das entidades multilaterais e os compromissos da Desenvolve SP, garantindo um impacto positivo e de longo prazo no desenvolvimento socioeconômico do estado de São Paulo.

➤ **COBRANÇA**

Em 2024, as estratégias de cobrança e recuperação de crédito alcançaram novos patamares de eficiência, sustentadas pela implementação de ferramentas tecnológicas modernas, como o uso do WhatsApp para comunicação direta e ágil com clientes, e pela atualização da régua de cobrança, alinhada às diretrizes aprovadas pelos órgãos colegiados.

A atuação proativa, tanto na esfera judicial quanto extrajudicial, continuou a ser um diferencial estratégico. Com o apoio de um escritório de cobrança especializado e três escritórios de advocacia parceiros, a Desenvolve SP obteve resultados expressivos, como a regularização de R\$ 33 milhões em contratos e a recuperação de R\$ 7,4 milhões de operações em prejuízo.

Além disso, a atuação integrada entre os setores jurídico e de cobrança assegurou o andamento eficiente dos processos judiciais, contribuindo para a estabilidade financeira da instituição e o retorno dos recursos à sua finalidade: democratizar o crédito de forma sustentável.

Como reflexo desse trabalho consistente, a inadimplência da carteira do setor privado encerrou o ano de 2024 em 7,7%, abaixo da meta projetada, evidenciando o impacto positivo das estratégias implementadas e reforçando o compromisso da Desenvolve SP com a gestão responsável e a sustentabilidade de suas operações financeiras.

O grande marco de 2024 foi a implementação do sistema de automação de renegociações judiciais e extrajudiciais do Banco do Povo. Entrando em vigor em junho, essa inovação revolucionou os processos de renegociação, tornando-os mais rápidos, precisos e alinhados às necessidades dos clientes.

Totalmente parametrizado com as regras de renegociação do Banco do Povo, o sistema otimizou a definição de prazos, taxas e condições de desconto, permitindo decisões ágeis e análises mais assertivas. Os clientes passaram a contar com soluções personalizadas, enquanto a instituição ganhou eficiência operacional.

Esses avanços culminaram em resultados expressivos: 3,9 mil renegociações e acordos judiciais foram formalizados, regularizando R\$ 69,6 milhões em contratos de microcrédito. O impacto positivo da automação reforça o compromisso da Desenvolve SP com a sustentabilidade financeira dos créditos.

➤ **Revisão da política de crédito e garantias, com ênfase na melhoria da qualidade da originação;**

Ao longo de 2024, foram desenvolvidos novos relatórios para acompanhamento do desempenho de nossa carteira, com detalhe maior para a visão de safras. Com isso, foram identificadas oportunidades de melhoria nas políticas de crédito com o objetivo de originar créditos de maior qualidade e, conseqüentemente, formar uma carteira de empréstimos mais saudável.

As principais alterações se concentraram na redefinição dos ratings, revisão da alavancagem máxima permitida e restritivos de sócios.

➤ **Desenvolvimento de novos critérios e metodologias de perda esperada para o provisionamento de devedores duvidosos, alinhados às exigências da Resolução CMN 4.966/21, a ser aplicada a partir de 1 de janeiro de 2025;**

Com a finalidade de atender as necessidades das resoluções CMN 4966/21 e BCB 352/23, uma nova metodologia de provisão de perdas foi construída, para ser aplicada a partir de 2025, levando-se em conta, além das categorias e respectivas perdas esperadas, o desenvolvimento de um modelo interno de perda esperada. A provisão final será resultado da comparação entre os valores obtidos das categorias da resolução BCB 352/23 e os valores calculados pelo modelo interno, o que for maior.

5.4. FINANCEIRO

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 356,5 milhões. Já o saldo líquido de receitas e despesas operacionais foi de R\$ -97,5 milhões. Com isso, a Desenvolve SP obteve um resultado operacional de R\$ 259,1 milhões. O destaque foi para o crescimento de 5,0% nas receitas de operações de crédito, resultado do aumento da carteira de crédito. Em contrapartida, houve redução de 37,7% nas receitas com títulos e valores mobiliários em decorrência da redução da carteira investida e da queda na Taxa Selic média, de 13,2% em 2023 para 10,8% em 2024. A redução de 47,4% nas receitas de tarifas bancárias foi impactada pelo menor volume de desembolsos para novas operações. Nas despesas de pessoal, houve crescimento de 19,4% devido ao preenchimento do quadro de colegiados e o aumento do quadro de colaboradores: em outubro, 14 novos colaboradores ingressaram por meio de concurso público. Nas despesas administrativas, a elevação de 23,5% foi preponderantemente causada pelas despesas com desenvolvimento e manutenção de sistemas, propaganda e publicidade, assessoria jurídica e despesas judiciais.

Com isso, a Desenvolve SP registrou em 2024 lucro líquido de R\$ 186,8 milhões, redução de 12,0% em relação a 2023.

No encerramento do exercício de 2024, o Patrimônio Líquido alcançou R\$ 3,4 bilhões, enquanto o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) registrou 5,6% e o Índice de Eficiência atingiu 28,9%.

Os ativos somaram R\$ 4,4 bilhões em 2024, composto por 35,9% de títulos e valores mobiliários, 58,2% de operações de crédito (80,4% com recursos próprios e 19,6% com recursos de terceiros), e 5,9% de outros ativos.

ÍNDICES	2023	2024	VARIAÇÃO
Lucro Líquido	R\$ 212,3 mi	R\$ 186,8 mi	-12,0%
Resultado Operacional	R\$ 295,1 mi	R\$ 259,1 mi	-12,2%
Inadimplência ¹	8,6%	3,9%	-4,7 p.p.
Índice de Cobertura ²	105,5%	130,3%	24,8 p.p.

¹Saldo da carteira de crédito ativa com 90 dias de atraso / saldo de carteira de crédito ativa total

²Relação entre as despesas operacionais e as despesas totais (quanto maior, melhor).

➤ **PRIMEIRA AGÊNCIA DE FOMENTO DO PAÍS AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL A OPERAR DIRETAMENTE NO SPB**

Em 2024, a Desenvolve SP tornou-se a primeira agência de fomento do país a operar no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) – mecanismo que permite a transferência eletrônica de recursos entre pessoas físicas e jurídicas. Na prática, isso significa que a agência não precisará mais de intermediação bancária para realizar movimentações financeiras.

Essa integração proporcionou maior celeridade e segurança no processamento de desembolso das operações de crédito da Desenvolve SP.

6. ATUAÇÃO

6.1. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

➤ **SETOR PRIVADO**

Com o objetivo de atender às demandas setoriais e ampliar as possibilidades de financiamento para as MPMEs paulistas, a nova gestão incluiu no portfólio de produtos as seguintes linhas:

- Linhas Desenvolve Mulher e Desenvolve Mulher Sustentável:

Criadas em 2023, vieram com o objetivo de conceder condições especiais de crédito para empresas que tenham mulheres à frente de sua administração ou que possuam a maioria das cotas acionárias da empresa. As linhas foram reformuladas em 2024 e continuaram vigentes durante todo o ano.

- Linha Desenvolve Centro

A linha tem por objetivo apoiar a revitalização do Centro da Cidade de São Paulo, estimulando investimentos em capital fixo para empresas instaladas ou que pretendam se instalar na região.

- Linha Radiodifusão

Com o objetivo de fomentar a modernização da comunicação por rádio e televisão no estado de São Paulo, foi lançada a Linha Radiodifusão. A linha visa financiar projetos de investimentos ou aquisição de máquinas e equipamentos isolados para empresas do setor.

A linha oferece prazos de até 120 meses, incluída a carência de até 36 meses para projetos de investimento, e prazos de até 60 meses, incluída a carência de até 12 meses na aquisição isolada de máquinas e equipamentos.

- Linha Crédito Simplificado

A linha Crédito Simplificado tem o objetivo de proporcionar maior agilidade na concessão de financiamentos de até R\$ 300 mil para micro e pequenas empresas enquadradas nos demais critérios do Crédito Digital, destinado a realização de investimentos como a aquisição de máquinas e equipamentos e projetos de investimento.

A linha não exige a apresentação de projeto de investimento, apenas o preenchimento de um Quadro de Usos e Fontes, onde o cliente explicita os investimentos que deseja fazer, os custos estimados e as fontes de recursos. A linha apresenta maior agilidade na concessão de financiamentos e facilidade de comprovação na utilização dos recursos por parte do tomador.

- Linha Crédito Digital – Fungetur Giro e Fungetur Máquinas

As linhas com repasse de recursos do Fungetur, voltadas para o setor de Turismo, já eram oferecidas pela Desenvolve SP na modalidade julgamental. A inclusão das linhas no Crédito Digital proporcionará maior agilidade para a obtenção do crédito.

- Linha Crédito Digital – Emergencial Queda de Energia – Capital de Giro e Investimento

Linha destinada a empresas estabelecidas no estado de São Paulo e afetadas pela queda de energia prolongada ocasionada pelas tempestades que atingiram o estado de São Paulo no mês de outubro de 2024. Posteriormente, a linha foi aberta aos empreendimentos afetados pelo incêndio ocorrido na região do Brás na cidade de São Paulo.

- **Linha Irriga Mais**

A linha oferece financiamento, com equalização de taxa de juros com recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), de projetos voltados à irrigação, energia fotovoltaica no ambiente rural e agricultura de precisão. Tais projetos incluem implementos tecnológicos, drones, estruturas para armazenagem, serviços e outras infraestruturas agrícolas sustentáveis.

A linha é um dos principais pilares do Programa Irriga+ SP, lançado pelo Governo do Estado, e que visa integrar ações que impulsionem o crescimento da irrigação de forma sustentável, aliando práticas conservacionistas de solo e água. O programa tem como objetivo proporcionar condições favoráveis ao setor agrícola e estimular o uso de áreas já antropizadas, com foco na intensificação sustentável da agropecuária no estado.

Em ato inédito, para operar a Linha Irriga Mais, a Desenvolve SP abriu em dezembro de 2024 um Edital de Chamamento Público, que visa selecionar entidades parceiras, que atuarão no suporte técnico aos produtores rurais beneficiários, bem como no desenvolvimento e acompanhamento dos projetos financiados. Inicialmente a linha será disponibilizada exclusivamente através dos parceiros selecionados.

➤ **SETOR PÚBLICO**

A Desenvolve SP possui duas linhas de financiamento voltadas ao setor público, que visam incentivar o crescimento dos municípios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população paulista. Estas linhas oferecem taxas de juros competitivas e prazos longos, para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura do município, sem comprometer a saúde financeira do município.

➤ **APOIO AOS MUNICÍPIOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS**

Buscando apoiar pequenos municípios que enfrentam desafios na elaboração de projetos de infraestrutura sustentável, avançamos em duas frentes estratégicas que reforçam nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e a inovação, e que poderão gerar impactos positivos já em 2025:

- Energia Solar para Municípios – Em parceria com a Invest SP, a Desenvolve SP está viabilizando a criação de um escritório de projetos dedicado ao desenvolvimento de iniciativas de energia fotovoltaica para prefeituras. Essa ação visa ampliar o acesso à energia renovável, reduzir custos operacionais e fortalecer a sustentabilidade local, impulsionando a transição energética nos municípios;
- Inovação na Iluminação Pública – Na mesma linha, a DSP está apoiando um projeto piloto inovador voltado para a modernização da iluminação pública. Desenvolvido pelo Centro Paulista de Inovação em Serviços de Iluminação Pública (CePIL), em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil). O projeto será implementado no município de Miracatu (Vale do Ribeira), com início em janeiro de 2025 e duração de seis meses.

Os benefícios esperados incluem:

- Redução de custos operacionais com o consumo de energia pública;
- Geração de empregos diretos e indiretos na região;
- Modernização do sistema de iluminação pública, impulsionando comércio e serviços locais;
- Aumento da segurança pública, com a redução da criminalidade em vias bem iluminadas;
- Redução das emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a agenda climática; e
- Proteção ambiental e dos ecossistemas locais, minimizando a poluição luminosa.

➤ **IMPLANTAÇÃO DE NOVAS TAXAS, COM FOCO EM MUNICÍPIOS VULNERÁVEIS E EMPRESAS DE MENOR PORTE**

No exercício de 2024, a Desenvolve SP alterou a sua metodologia de precificação visando conjugar a sustentabilidade financeira e o fomento aos micro e pequenos empreendedores, em especial aos localizados nos municípios com IPDM mais baixos. Nessa nova metodologia, quanto menor o porte da empresa e/ou o desenvolvimento do município, menores são as taxas para o cliente final.

Além disso, a DSP alterou o indexador das taxas de Selic para o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), visando dar maior previsibilidade e segurança ao tomador.

Por fim, a instituição passa a trabalhar com taxas pré-fixadas para capital de giro, mantendo as taxas pós-fixadas para investimentos de longo prazo.

➤ **FUNDOS GARANTIDORES**

A Desenvolve SP opera com cinco fundos garantidores: Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), Fundo Garantidor para Investimentos – Crédito Livre (FGI CL), Fundo Garantidor para Investimentos – Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC), Fundo de Aval (FDA) e Fundo de Aval para Desenvolvimento de Eficiência Energética (FAEE).

O FAEE tem como objetivo fornecer garantias para operações de eficiência energética. A Desenvolve SP recebeu a primeira tranche, de EUR 2 milhões, no final de 2022 e a segunda, de EUR 3 milhões, no final de 2024, restando ainda uma tranche de EUR 3 milhões, totalizando patrimônio estimado de EUR 8 milhões. A iniciativa faz parte do Programa PotencializEE, coordenado pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ). Os recursos são provenientes de subvenção do Governo Alemão e da União Europeia, através do Fundo Nama Facility. Ao longo dos três anos do projeto, deverão ser originados pela Desenvolve SP mais de R\$ 400 milhões em operações de crédito.

➤ **FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO**

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.853/2001 e na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, isto é, pelos fundos especiais de financiamento e investimento cujos recursos são destinados a programas e projetos, de acordo com as políticas públicas definidas pelo Estado de São Paulo.

Ao final de 2024, o patrimônio dos fundos alcançou o volume de R\$ 3,5 bilhões, distribuídos na gestão de 3 Fundos Garantidores e de 11 Fundos Estaduais de Desenvolvimento:

- Banco do Povo Paulista (BPP);
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro);
- Fundo Estadual de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac);
- Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap);
- Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS);
- Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (Fundesvar);
- Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (Fundespar);
- Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Fundovale);
- Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet);
- Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac);
- Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (Fundocamp);

-
- Fundo de Aval (FDA);
 - Fundo Garantidor Habitacional (FGH);
 - Fundo de Aval para Desenvolvimento de Eficiência Energética (FAEE).

Em 2024, estavam em negociação, junto às Secretarias de Estado, as internalizações dos seguintes Fundos à Desenvolve SP, previstos para ocorrer nos próximos anos: Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento (Fumefi); Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (FDMBS); e Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop).

A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista, programa de microcrédito do Estado de São Paulo, é um dos focos da Desenvolve SP. Atualmente, o fundo possui 92.530 operações, num total de R\$ 777,8 milhões de carteira. Direcionado a um público que tem maior dificuldade de acesso ao crédito, o microcrédito cria oportunidades para quem pretende melhorar a sua condição social por meio do empreendedorismo.

➤ **FUNDOS ESTRUTURADOS**

Em 2024, a Desenvolve SP retomou suas atividades no Mercado de Capitais por meio da Superintendência de Fundos Estruturados (Sufes). Com o objetivo de selecionar e empenhar recursos em FIPs e FIDCs, a Desenvolve SP avaliou propostas direcionadas a diversos setores da economia real, como agropecuária, saúde, saneamento, tecnologia, setor florestal e soluções energéticas.

Por meio de Chamadas Públicas, a Desenvolve SP obteve grande êxito ao ser considerada por gestoras especializadas em diversos estágios da indústria de fundos, desde *Seed Capital*, *Venture Capital*, *Private Equity Early Growth* e *Private Equity* de Infraestrutura.

Como resultado das Chamadas Públicas, dois compromissos de investimentos foram aprovados em 2024, sendo um para um FIDC Agro e outro para um FIDC de Saneamento.

Adicionalmente, a Desenvolve SP continua selecionando projetos de Fundos de Crédito (FIDCs) para financiar, sobretudo, setores relacionados ao agronegócio. Esses investimentos serão realizados por meio de um rigoroso processo de seleção e diligência das gestoras, buscando a preservação de capital e retornos financeiros adequados aos riscos.

Para 2025, a Desenvolve SP pretende ser ativa no mercado de Fundos Estruturados, atuando como um investidor profissional institucional, assim como os principais organismos de fomento mundial. A Desenvolve SP se inspira em modelos de Programas de Investimentos de *Endowments* e *Development Finance Institutions (DFIs)* para construir um portfólio de investimentos diversificado e seguro, que será catalisador de setores vitais e disruptivos para o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo e do Brasil.

6.2. PARCERIAS INSTITUCIONAIS

- **Chamamento para financiamento de inovação de base tecnológica em estágio pré-operacional e operacional (SPAI), em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia**

Em 2024, a Desenvolve SP, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, abriu um chamamento público para financiar projetos de inovação de base tecnológica no âmbito do Programa SPAI. A iniciativa visa apoiar empresas que desenvolvem soluções inovadoras e sustentáveis, com destaque para *deeptechs* em áreas como inteligência artificial, *blockchain*, *nanotecnologia*, *biotecnologia* e *robótica*. O chamamento contempla projetos para novos produtos, processos industriais mais sustentáveis e soluções alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Economia de Impacto. Também são incentivadas propostas de GovTechs e CivicTechs voltadas para governos e sociedade civil. Com essa ação, a Desenvolve SP reforça seu compromisso em impulsionar a inovação e o desenvolvimento sustentável no estado.

- **SENAI SP**

Renovação do Termo de Cooperação para conjugação de esforços entre a Desenvolve SP e o Senai-SP, com ampliação da oferta das linhas de crédito. A parceria tem o intuito de promover o desenvolvimento das indústrias do estado de São Paulo, mediante a operacionalização de linhas de crédito da Desenvolve SP, às empresas Beneficiárias participantes de programas coordenados pelo Senai-SP que tem como objetivo aumento de competitividade, produtividade e descarbonização, bem como outros projetos de inovação e tecnologia desenvolvidos pela instituição junto com empresas.

- **ABIMAQ**

Renovação do Termo de cooperação com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) com vistas à promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, mediante a disponibilização de linhas de crédito, pela Desenvolve SP, às empresas associadas e seus respectivos clientes e/ou parceiras da Abimaq.

- **SINDILOJAS**

Renovação do Termo de cooperação com o Sindicato do Comércio Varejista e Lojista do Comércio de São Paulo (Sindilojas) com vistas à promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, mediante a disponibilização de linhas de crédito, pela Desenvolve SP, às empresas associadas ao Sindilojas.

6.3. PUBLICIDADE E APOIO A EVENTOS

Em 2024, a Desenvolve SP consolidou sua atuação como agência de fomento essencial para o desenvolvimento econômico de São Paulo. As ações externas foram acompanhadas pela equipe de Comunicação e Assessoria de Imprensa, que garantiu visibilidade às iniciativas da empresa, reforçando seu compromisso com a democratização do crédito e o crescimento sustentável.

- Jornada de Crédito

A Desenvolve SP reafirmou seu papel como agente facilitador do crédito ao lançar a Jornada de Crédito, um *road show* que percorreu diversas cidades do interior, litoral e da região metropolitana. As 14 edições do evento aproximaram a empresa dos empreendedores e gestores locais, mostrando como um bom planejamento e um plano de negócios estruturado podem viabilizar o acesso ao crédito com condições favoráveis.

- Apoio ao Agronegócio

A presença da Desenvolve SP na Agrishow, a maior feira agrícola da América Latina, fortaleceu ainda mais seu reconhecimento como parceira do setor agropecuário. Como parte desse compromisso, foi lançado o Programa Irriga+SP, voltado para pequenos e médios produtores rurais e o FIDC Agro, focado em logística e inovação no setor, tendo os dois programas somados, R\$ 250 milhões disponibilizados.

- Feira do Empreendedor

A Desenvolve SP participou da Feira do Empreendedor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), um dos principais eventos voltados ao fomento dos pequenos negócios no Brasil. Durante o evento, a equipe atendeu aos interessados, apresentou as soluções de crédito da instituição e prestou orientações sobre financiamento, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo.

- E-mail Marketing

As campanhas de e-mail marketing continuaram sendo uma ferramenta altamente eficaz para atrair e engajar o público. Em 2024, as ações geraram mais de 115 mil acessos ao site da Desenvolve SP, um aumento de 200% em relação ao ano anterior. Desse total, 63 mil acessaram o ambiente de solicitações online, reforçando o e-mail marketing como um canal de tráfego qualificado e de baixo custo.

- Campanha de Divulgação e Performance

A campanha de comunicação da Desenvolve SP trouxe resultados expressivos tanto em *branding* quanto em performance. O vídeo institucional atingiu 7,3 milhões de visualizações no YouTube, enquanto os conteúdos da campanha registraram 8,6 milhões de impressões no LinkedIn e Instagram. No aspecto de performance, as campanhas de busca se mostraram altamente eficazes, impulsionando um aumento de 40% nos pedidos de financiamento durante os períodos de veiculação. Esses números evidenciam o potencial da Desenvolve SP em expandir sua carteira de crédito e reforçar sua comunicação estratégica voltada aos empreendedores.

- Redes Sociais

A Desenvolve SP manteve sua estratégia de modernização da comunicação digital, consolidando uma linguagem mais acessível e alinhada às melhores práticas. Como resultado, houve um aumento de 200% no número de impressões orgânicas no Instagram em relação ao ano anterior. Além disso, a empresa estreou no TikTok, adotando uma abordagem leve e autêntica sem perder sua essência institucional. O sucesso da iniciativa foi reconhecido com o prêmio Secom Trends, dentro do Governo.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da Desenvolve SP em ampliar o acesso ao crédito sustentável, fortalecer sua presença digital e contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo.

6.4. GESTÃO DE PESSOAS

A Instituição realizou uma série de ações no ano visando a valorização de seus colaboradores:

- Abertura e Homologação do Concurso 005/2024 com a contratação de 12 analistas e 2 economistas;
- Abertura do Concurso 006/2024, em andamento, para a contratação de 5 cargos técnicos;
- Realização de Pleito, aprovado em dezembro/2024, para a recomposição de 19 vagas do Quadro de Pessoal;

- Investimento de aproximadamente R\$ 64 mil em bolsas de estudos para incentivo ao desenvolvimento acadêmico dos colaboradores e R\$ 498 mil em treinamentos;
- Contratação de empresa para utilização de plataforma de treinamentos para os empregados;
- Remodelagem do Modelo de Gestão de Desempenho da Desenvolve SP para implantação no ano de 2025;
- Campanha de vacinação contra gripe, com imunização de colaboradores e familiares;
- Celebração do Dia das Crianças com a participação dos filhos de colaboradores.

6.5. INFRAESTRUTURA

➤ **CONSOLIDAÇÃO DOS CONTRATOS COM A PRODESP E A RENOVAÇÃO DA SINQIA**

Em 2024, a Desenvolve SP realizou um trabalho na gestão dos contratos com os seus dois principais fornecedores na área de Tecnologia da Informação. A consolidação de vários pequenos contratos com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) simplificou o relacionamento com a contratada e desonera equipes internas da DSP.

➤ **CONTRATAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE NO MODELO AS A SERVICE**

A Desenvolve SP contratou empresa especializada em gestão de infraestrutura de redes para os próximos 3 anos, no modelo *Infrastructure as a Service* (IaaS), que modernizará a infraestrutura local, trazendo muito mais segurança, disponibilidade e performance para a rede.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa da Desenvolve SP assegura a condução da organização de forma ética, transparente e alinhada à sua missão. Assim, contribui também para uma gestão mais eficiente e para a credibilidade da instituição perante seus diversos *stakeholders*, como nosso acionista controlador, clientes, parceiros e órgãos reguladores.

O tema é gerenciado por meio de uma estrutura de governança corporativa que prioriza a descentralização do processo decisório e a tomada de decisão de forma colegiada, com políticas e processos que promovem o cumprimento de requisitos legais e regulatórios, mitigação de riscos e a melhoria contínua. Conselhos e comitês específicos, compostos por profissionais qualificados, desempenham um papel ativo na supervisão e na orientação das operações. Além disso, as auditorias interna e externa, a gestão de riscos e os controles internos reforçam o compromisso com a integridade e a transparência.

As atividades são conduzidas com base nas melhores práticas de governança corporativa, utilizando, em especial, os seguintes instrumentos: Estatuto Social, Políticas Internas, Manuais de Normas e Procedimentos, páginas de transparência no site da instituição, bem como a intranet.

Seguem destaques relacionados à Governança Corporativa no exercício de 2024:

➤ **CRIAÇÃO DO COMITÊ DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

Criado em outubro de 2024, busca garantir uma estrutura robusta de gestão de riscos, controles internos, integridade e conformidade, alinhada às melhores práticas de governança e às normas do Banco Central do Brasil. Promove uma cultura de ética, integridade e transparência, sendo composto por colaboradores da Desenvolve SP, titulares e suplentes, de diversas áreas estratégicas da organização.

➤ **ADESÃO AO MOVIMENTO TRANSPARÊNCIA 100%**

Em 2024, a Desenvolve SP assinou a carta compromisso do Movimento Transparência 100%. Com isso, a empresa se comprometeu a avançar, até 2030, em direção as 5 metas abaixo:

Meta 1 – 100% de transparência das interações com a Administração Pública;

Meta 2 – Remuneração 100% íntegra da alta administração;

Meta 3 – 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade;

Meta 4 – 100% de transparência da estrutura de *Compliance* e Governança; e

Meta 5 – 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

As metas serão escalonadas para o seu cumprimento em cada marcador temporal, sendo que até 2030, todas as metas acima deverão ser alcançadas.

➤ **AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS EMPRESAS E FUNDAÇÕES 2024**

Em 2024, a Desenvolve SP participou da Avaliação do Nível da Maturidade de Governança Corporativa das Empresas e Fundações – 2024, promovido pela Coordenadoria de Entidades Descentralizadas (CED), no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz) do Estado de São Paulo. Essa avaliação atende ao objetivo estratégico do CED de “conduzir as empresas e fundações a elevar o grau de governança” e teve a participação de 13 empresas e 15 fundações.

Após o preenchimento de um questionário com 113 questões e envio de evidências, a Desenvolve SP foi classificada no NÍVEL II de Maturidade de Governança Corporativa, ficando em terceiro lugar, entre 28 instituições. Para 2025, planos de ação foram traçados, garantindo o processo de melhoria contínua das práticas de governança corporativa da instituição.

➤ **TRANSPARÊNCIA E AÇÕES DA OUVIDORIA**

- Atualização da Carta de Serviços: Em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.156/2023, foram incluídos novos produtos e serviços, revisadas informações sobre linhas de crédito (como prazos, etapas e documentação necessária) e aprimorados os canais de atendimento;

- Estruturação do Serviço de atendimento ao Consumidor (SAC): Foi estruturado sob a coordenação da Ouvidoria, alinhando-se ao Decreto nº 11.034/2022. O objetivo é garantir conformidade legal, melhorar o atendimento ao público e fortalecer os princípios de transparência, acessibilidade e eficiência nas interações com os usuários;
- Aprimoramento do atendimento com inclusão de serviço de mensagem automática e WhatsApp: Acessível diretamente pelo site da Desenvolve SP, essa funcionalidade proporciona praticidade e agilidade, apresentando as soluções das perguntas mais frequentes (FAQ) e segurança aos usuários, reforçando a eficiência e a credibilidade do atendimento; e
- Atualização do Canal de Denúncias: O endereço foi atualizado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.157/2023, oferecendo maior acessibilidade e segurança para colaboradores e cidadãos relatarem irregularidades, garantindo confidencialidade e sigilo:

<https://fala.sp.gov.br/Solicitacao/11/false#identificacaoBox>

- Adesão ao Conselho de Usuários de Serviços Públicos: A fim de incentivar a participação cidadã na avaliação e melhoria dos serviços públicos, foi desenvolvida uma cartilha educativa e criado um espaço no site para orientar os cidadãos sobre o cadastro no Conselho. O próximo passo será o chamamento público, ampliando a participação social e fortalecendo o vínculo entre a Desenvolve SP e a sociedade.
- Envio de Evidências para o Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública (MMOP): Foi iniciado o processo de envio das evidências solicitadas pela Controladoria Geral do Estado (CGE) no contexto do MMOP, em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.156/2023.
- Utilização da Plataforma Fala.BR/SP: A Desenvolve SP passou a utilizar a Plataforma Fala.BR/SP como canal oficial do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). A ferramenta permite o registro e tratamento ágil e seguro de manifestações como pedidos de informações, denúncias e reclamações.

7.1. CONTROLES INTERNOS, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) é responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, além do gerenciamento de capital, normas e controles internos.

As políticas de gestão de riscos e de capital foram revisadas e ajustadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabelece as diretrizes para o gerenciamento integrado de riscos e de capital nas instituições financeiras. As políticas são aprovadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, incorporando diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades em alinhamento às melhores práticas e às exigências regulatórias.

O processo de revisão reflete a implementação das melhorias exigidas pela norma, incluindo mecanismos robustos de controle interno e monitoramento. As atualizações abrangem a identificação de riscos, ações mitigatórias e controles nos processos, assegurando a conformidade com os padrões regulatórios e a eficiência operacional da Instituição.

Os planos de ação são monitorados sistematicamente, abrangendo apontamentos das auditorias Interna e Externa, bem como demandas regulatórias. O cumprimento dos prazos e das obrigações normativas é acompanhado diretamente pela alta administração, reforçando a aderência às regulamentações aplicáveis e à governança corporativa.

A Desenvolve SP opera rigorosamente dentro dos limites operacionais exigidos por Basileia III, confirmando sua solidez e aderência às normas prudenciais do sistema financeiro.

➤ **Declaração de apetite por riscos (RAS)**

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Desenvolve SP foi revisada em 2024, considerando a otimização do uso de capital da instituição e a relação entre risco e retorno em suas operações. Essa revisão foi conduzida a partir de um processo colaborativo, envolvendo amplas discussões entre as áreas estratégicas da organização e fundamentada no Planejamento Estratégico e no Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado de São Paulo, para o período 2024–2027.

A RAS estabelece os parâmetros que refletem a disposição e a capacidade da Desenvolve SP em assumir riscos, alinhando-os às metas estratégicas e operacionais. Além de definir limites globais e específicos para a execução de estratégias setoriais e de produtos, a RAS também incorpora critérios para priorização de operações e uso eficiente do capital, assegurando um equilíbrio adequado entre risco e retorno.

A revisão incluiu a análise de cenários prospectivos e de sensibilidade, para assegurar que os limites definidos estejam aderentes às condições de mercado e à estratégia institucional. Com isso, a RAS se posiciona como um instrumento fundamental para a gestão integrada de riscos, orientando a instituição a alocar capital de forma eficiente, sustentável e alinhada ao cumprimento de seus objetivos estratégicos.

Esse modelo de apetite por riscos reforça o compromisso da Desenvolve SP em equilibrar prudência e ousadia, promovendo a criação de valor para seus stakeholders e a sustentabilidade de longo prazo de suas operações.

7.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

Mantendo seu compromisso com uma abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática, em 2024, a Desenvolve SP dedicou-se a fortalecer o alinhamento à agenda global de desenvolvimento sustentável, estabelecendo ações estratégicas que visam contribuir para a transformação do estado de São Paulo e acelerar os impactos positivos em direção às metas dos ODS, definidos pela ONU.

Dentre as principais ações, destacam-se:

- Elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e compensação das respectivas emissões com a compra de créditos de carbono;
- Elaboração e divulgação do Relatório Integrado de 2023, em conformidade com as normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) versão 2021, e com diretrizes para Relato Integrado (IR), definidas pela IFRS Foundation;
- Renovação da adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar empresas e organizações na adoção e promoção dos Dez Princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a renovação da adesão, a Desenvolve SP mantém o compromisso de reportar anualmente sua atuação e progresso em relação aos Dez Princípios;
- Manutenção do Compromisso junto ao Pacto Global da ONU, mais especificamente ao Movimento Conexão Circular, em que a instituição se propôs a zerar sua destinação de resíduos para aterro, até 2030; e
- Desenvolvimento de metodologias e aprimoramento de ferramentas e sistemas internos, que visam identificar e avaliar, bem como mensurar e monitorar os impactos gerados pelos projetos e programas financiados, alinhados às metas dos ODS.

7.3. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Instituição, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo (Codec), emitidas por meio da Deliberação Codec 04/2019, foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores da Desenvolve SP, com a participação de 14 membros, sendo 11 do Conselho de Administração, incluindo o Diretor Presidente, e três da Diretoria, mediante o preenchimento de formulários específicos.

Foram realizadas avaliações dos colegiados (Diretoria e Conselho de Administração), de forma coletiva, e de seus membros, de forma individualizada (autoavaliação).

A avaliação abarcou as seguintes dimensões: I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II - Contribuição para o resultado do exercício; III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV - Funcionamento do Conselho de Administração; V - Conhecimento técnico e da Instituição; VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e VII - Autoavaliação individual.

O processo foi submetido ao Comitê de Elegibilidade, que avaliou a sua conformidade.

8. RESUMO DOS PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2024

- Melhor biênio da história em questão de desembolso, com R\$ 2 bilhões em crédito;
- Maior saldo de carteira já atingido, no montante de R\$ 2,7 bilhões, 10,4% maior que em 2023.
- Maior desembolso para o Setor Público já realizado, no valor de R\$ 691 milhões, 27,5% maior que o desembolso no mesmo período em 2023;
- Implantação da Diretoria de Controle de Riscos (DCR) e do Comitê de Riscos e Controles Internos, com o objetivo de promover a integridade e a robustez da empresa;
- Subscrição de 2 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), ampliando a capilaridade da Desenvolve SP, em especial no agronegócio paulista;
- Implantação das novas taxas, com foco em municípios vulneráveis e empresas de menor porte;

- Lançamento da Linha Desenvolve Centro, que tem por objetivo apoiar a revitalização do Centro da Cidade de São Paulo;
- Lançamento da Linha Irriga Mais, com o objetivo de impulsionar a agricultura paulista por meio de projetos voltados à irrigação, energia fotovoltaica no ambiente rural e agricultura de precisão;
- Lançamento da Linha Crédito Simplificado com o objetivo de proporcionar maior agilidade na concessão de financiamentos de até R\$ 300 mil para micro e pequenas empresas destinados a realização de investimentos;
- Lançamento de linhas de crédito emergenciais, com taxas e prazos especiais para os comerciantes que sofreram prejuízos com o apagão de energia causado pelo temporal e aqueles afetados pelo incêndio no Brás;
- Chamamento para financiamento de inovação de base tecnológica em estágio pré-operacional e operacional (SPAI) em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia;
- Criação do Programa de Radiodifusão, voltado para a modernização de emissoras de rádios e TVs;
- Lançamento do Fundo de Aval para Desenvolvimento da Eficiência Energética (FAEE) por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Logística do Estado (Semil) e do Programa PotencializEE;
- Assinatura de parcerias estratégicas com Abimaq, Sindilojas-SP, e o Senai SP, para operacionalização das linhas de crédito da Desenvolve SP;
- Criação do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), com a implantação de chatbot e WhatsApp, visando aprimorar o atendimento e resolver as questões dos consumidores de maneira ágil e eficaz;
- Otimizações da esteira de crédito, buscando a melhoria na experiência do cliente e redução do tempo de análise;
- Revisão da política de crédito e garantias, com ênfase na melhoria da qualidade da origem;
- Implementação de novas regras e procedimentos para a execução da cobrança judicial e extrajudicial, com o objetivo de aumentar a eficiência na gestão da inadimplência;

- Implementação do sistema de automação de renegociações judiciais e extrajudiciais do Banco do Povo Paulista (BPP);
- Integração com o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), sendo a primeira agência de fomento do país, e mitigação das vulnerabilidades financeiras;
- Desenvolvimento da Resolução CMN 4966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, que dispõe sobre novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras;
- Realização de Concursos Públicos para o provimento de 38 vagas do quadro de colaboradores da DSP no total;
- Criação do modelo de Gestão de Desempenho (em implantação);
- Elaboração e divulgação do Relatório Anual Integrado 2023, utilizando a nova matriz de materialidade;
- Realização do inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE);
- Parceria com a Invest SP para a elaboração de projetos de energia solar para prefeituras;
- Realização de 14 edições da Jornada de Crédito, na qual micro, pequenos e médios empresários tiveram a oportunidade de conhecer as linhas de crédito;
- Participação na Agrishow no setor da Agrishow Labs e na Feira do Empreendedor 2024;
- Maior atuação nas redes sociais da DSP, com aumento no número de seguidores e de visualizações/ impressões no Instagram e no LinkedIn, além da criação de conta no Tiktok;
- Assinatura da carta compromisso do Movimento Transparência 100%;
- Avaliação do Nível da Maturidade de Governança Corporativa das Empresas e Fundações – 2024, promovido pela CED/Sefaz.

9. CONCLUSÃO

O ano de 2024 foi focado em projetos de transformação que permitirão a Desenvolve SP alcançar um novo patamar operacional nos próximos anos. Os principais destaques ficam a cargo da retomada dos investimentos em FIPs e FIDCs, da mudança nas taxas com foco em municípios vulneráveis e empresas de menor porte e da revisão da política de crédito, cobrança e garantias. Além disso, o lançamento de novas linhas mais conectadas às demandas do público da DSP, tais como, a Desenvolve Centro, as Linhas Emergenciais e a Linha Irriga Mais, tornam a Desenvolve SP um parceiro cada vez mais importante do empreendedor paulista.

Em termos de desempenho, a Desenvolve SP atingiu R\$ 1 bilhão em desembolso no exercício, alcançando seu melhor biênio da história com R\$ 2 bilhões em créditos concedidos entre 2023-2024. A agência também alcançou o maior desembolso para o Setor Público da história, com R\$ 691 milhões concedidos aos municípios ao longo de ano de 2024, 27,5% maior que o desembolso no ano anterior. No ano, a DSP atendeu 1.408 empresas, com destaque para programas voltados para mulheres empreendedoras, agroindústria e inovação, além de 92 prefeituras, com foco na melhoria da infraestrutura para melhor atender aos munícipes. Por fim, a instituição teve um Lucro Líquido de R\$ 186,8 milhões, e alcançou 92,8% das metas corporativas para o ano de 2024.

O ano de 2025 traz novos desafios e oportunidades para a Desenvolve SP. As diretrizes estratégicas para o ano passam por melhorias na esteira e no nível de serviço ao cliente, pela valorização dos colaboradores através de novas ferramentas de avaliação e treinamento, por uma nova cultura de gestão de riscos, além de maior foco no fortalecimento da marca e no fomento de alto impacto para empreendedores e municípios do estado de São Paulo.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

RICARDO DIAS DE OLIVEIRA BRITO
Diretor Presidente e
Diretor de Negócios em exercício

ANA PAULA TEIXEIRA DE SOUSA
Diretora de Controle de Riscos

KAREN KEMELY MUSSI MHEREB
Diretora Financeira e
Diretora Administrativa em exercício

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3(c.ii) e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R\$ 171.461 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP.

Devido a relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Ativo fiscal diferido

Conforme as Notas Explicativas nºs 3(f) e 14(b), foram constituídos ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 178.229 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2025.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023		Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
DISPONIBILIDADES	5	7.131.140	8.131.140	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		862.310	1.177.850
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.266.010	4.761.400	Recursos de Repasse	10a	583.850	790.650
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Fin. Derivativos	6a, 6b e 6c	1.562.870	2.313.830	Empréstimos no Exterior	10b	221.700	316.470
Operações de Crédito	7	2.703.140	2.447.560	Instrumentos Financeiros e Derivativos	6c		10.560
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(171.461)	(257.536)	Outros Passivos Financeiros	10c	56.750	60.160
Operações de Crédito	7a e 7e	(171.461)	(257.536)	PROVISÕES	16	1.810	1.720
ATIVO FISCAL DIFERIDO	15b	178.220	190.550	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	11	31.330	124.420
OUTROS ATIVOS		49.120	47.680	OUTROS PASSIVOS	12	63.520	66.470
Outros Valores e Bens	8a	41.020	40.630				
Outros Créditos	8b	8.090	7.040				
IMOBILIZADO DE USO	9a	34.330	34.010				
INTANGÍVEL	9b	9.870	9.870	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	3.394.680	3.403.550
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO		(10.136)	(8.450)	Capital		3.156.470	3.156.470
Imobilizado		(5.317)	(4.791)	Capital De Domiciliados no País		3.156.470	3.156.470
Intangível		(4.820)	(3.659)				
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	8a e 9a	(2.367)	(3.592)	Reservas de lucros		238.210	247.080
TOTAL DO ATIVO		4.353.670	4.774.030	TOTAL DO PASSIVO		4.353.670	4.774.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstrações do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)

	Nota	2º Sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		297.514	581.667	640.711
Operações de crédito	7b	200.714	377.433	359.466
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio	14a	90.989	186.656	299.511
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6c	5.811	17.580	(18.268)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(101.621)	(225.132)	(286.140)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	14b	(49.753)	(112.919)	(126.867)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7f	(51.868)	(112.213)	(159.273)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		195.893	356.535	354.571
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(53.558)	(97.109)	(59.643)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	14c	33.775	60.664	70.340
Despesas de pessoal	14d	(33.611)	(64.705)	(54.204)
Outras despesas administrativas	14e	(42.410)	(76.175)	(61.660)
Despesas tributárias	14f	(14.518)	(27.809)	(30.456)
Outras receitas operacionais	14g	14.361	23.314	18.931
Outras despesas operacionais	14h	(11.156)	(12.398)	(2.594)
DESPESAS DE PROVISÕES		1.041	(348)	167
Trabalhista		1.114	(322)	167
Outras		(66)	(26)	167
RESULTADO OPERACIONAL		143.385	259.071	295.095
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(307)	(297)	(913)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		143.078	258.774	294.182
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(36.250)	(67.227)	(77.105)
Imposto de renda e CSLL corrente		(14.975)	(54.837)	(153.442)
Imposto de renda e CSLL diferido		(21.275)	(12.390)	76.333
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(3.106)	(4.775)	(4.745)
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		103.722	186.772	212.330
N.º DE AÇÕES		2.728.177.414	2.728.177.414	2.728.177.414
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO NO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		0,0380	0,0684	0,0778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2º Sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido do semestre / exercício	103.720	186.779	212.336
Outros Resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do semestre / exercício	103.720	186.779	212.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial de lucro		
Saldos em 01/07/2024	3.156.476	-	50.771	108.355	-	3.315.602
Resultado líquido do semestre	-	-	-	-	103.720	103.720
Destinações:						
Reservas			5.186	42.711	(47.897)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP					(24.634)	(24.634)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos				31.189	(31.189)	-
Saldos em 31/12/2024	3.156.476	-	55.957	182.255	-	3.394.688
Mutações do Semestre			5.186	73.900		79.086
Saldos em 01/01/2024	3.156.476	-	46.618	200.465	-	3.403.559
Juros sobre o capital próprio exercício anterior				(64.662)		(64.662)
Dividendos exercício anterior				(86.628)		(86.628)
Resultado líquido do exercício					186.775	186.775
Destinações:						
Reservas			9.339	76.059	(85.398)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP					(44.360)	(44.360)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos				57.021	(57.021)	-
Saldos em 31/12/2024	3.156.476	-	55.957	182.255	-	3.394.688
Mutações do exercício			9.339	(18.210)		(8.871)
Saldos em 01/01/2023	2.156.476	1.000.000	36.000	193.587	-	3.386.063
Aumento de Capital	1.000.000	(1.000.000)				-
Juros sobre o capital próprio exercício anterior				(62.148)		(62.148)
Dividendos exercício anterior				(82.263)		(82.263)
Resultado líquido do exercício					212.336	212.336
Destinações:						
Reservas			10.618	86.627	(97.245)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP					(50.429)	(50.429)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos				64.662	(64.662)	-
Saldos em 31/12/2023	3.156.476	-	46.618	200.465	-	3.403.559
Mutações do exercício	1.000.000	(1.000.000)	10.618	6.878		17.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º Sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes da tributação s/ lucro e participações		143.076	258.781	294.186
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7f	51.866	112.213	159.273
Depreciação e amortização	14e	834	1.688	908
Provisão para desvalorização de títulos livres	14a	1.188	14.787	6.456
Constituição de perdas por impairment de ativos		(1.225)	(1.225)	2.373
Provisão para passivos contingentes		(1.048)	348	(167)
Resultado do semestre/exercício ajustado antes dos impostos e participações		194.693	386.592	463.023
Variação ativo/passivo				
		(204.115)	(159.086)	(419.906)
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	6a	269.361	767.000	241.565
(Aumento)/redução operações de crédito	7e e 7f	(325.926)	(453.861)	(321.980)
(Aumento)/redução créditos tributários	15b	21.245	12.327	(76.446)
(Aumento)/redução outros créditos	8b	(776)	(1.049)	(176)
(Aumento)/redução outros valores e bens	8a	(179)	(391)	774
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros		(3.307)	(13.966)	16.352
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses	10a e 10b	(118.359)	(301.581)	(236.540)
Aumento/(redução) outras obrigações		(28.231)	(19.026)	82.066
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.943)	(148.539)	(125.521)
Caixa líquido (aplicado)/ proveniente nas atividades operacionais		(9.422)	227.506	43.123
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(245)	(325)	(168)
Baixa do imobilizado				
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(245)	(318)	(168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior			(94.476)	(62.148)
Dividendos pagos exercício anterior			(86.628)	(82.263)
Juros sobre o capital próprio pagos		(10.313)	(15.275)	(51.866)
Aumento de capital				
Caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamento		(10.313)	(196.379)	(196.277)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(19.980)	30.809	(153.322)
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício	5	102.822	52.033	205.355
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício	5	82.842	82.842	52.033
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(19.980)	30.809	(153.322)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição” ou Desenvolve SP) é uma Instituição Financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo – SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual;
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

b) Uso de julgamento

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 7 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Normas e leis que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e lei possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2024 e ainda não foram adotadas pela Desenvolve SP:

- a) Resolução CMN Nº 4.966, de 25 de novembro de 2021 e Resolução BCB Nº 352, de 23 de novembro de 2023:

Com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estas resoluções estabelecem novos conceitos e critérios contábeis, a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para:

- i. Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- ii. Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros e Ativos Problemáticos;
- iii. Designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e
- iv. Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº4.966/21, serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

- I. Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros:

Por ser uma agência de fomento, a Desenvolve SP estava dispensada da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, que estabelece a classificação de títulos e valores mobiliários nas seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, com ajuste ao valor de mercado para as duas primeiras categorias.

Com a nova regulamentação, a classificação de Ativos Financeiros ocorrerá pelo modelo de negócios, que define a forma como os instrumentos financeiros são gerenciados pela Instituição, com vistas a atingir seus objetivos econômicos de curto, médio e longo prazo, bem como pelas características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se atendem ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ).

Com base nesses critérios, os ativos serão classificados como i) custo amortizado (CA), ii) valor justo no resultado (VJR) ou iii) valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA). A Resolução CMN nº 4.966/2021 prevê outras possibilidades de designação de um instrumento ao valor justo sob determinadas condições.

Conforme descrito no contexto operacional, para promover o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP atua mediante a concessão de operações de crédito, incluindo financiamento de capital fixo e de giro, com recursos próprios ou de terceiros, além de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma agência de fomento. Foram realizadas análises dessas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes e as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros, onde:

- Operações de Crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito deverão ser classificados substancialmente a custo amortizado, exceto aqueles em que as características dos fluxos de caixa indicarem que existam outros componentes relevantes além de principal e juros, que deverão ser classificados a valor justo;
- Cotas de fundo de investimentos deverão ser classificadas como valor justo no resultado, se as características de seus fluxos indicarem a existência de outros componentes relevantes além de principal e juros;
- Cotas de fundo de investimento em participações, designadas inicialmente como valor justo em outros resultados abrangentes, deverão ser avaliados pelo valor justo, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida adequada na conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Passivos financeiros relacionados a compromissos de créditos e créditos a liberar, empréstimos e captações, serão classificados ao custo amortizado.

O impacto estimado relativo à aplicação dos novos critérios de classificação de instrumentos financeiros (Letras Financeira do Tesouro), que passaram a ser mensurados pelo valor justo em outros resultados abrangentes, foi de R\$ 2,3 milhões, que representa R\$ 1,28 milhão em seu patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários.

Esse montante será reconhecido contabilmente quando da adoção do normativo, em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas dos respectivos ativos financeiros.

II. Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros

Atualmente, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseada nos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, de “AA” (sem risco) a “H” (com 100% de provisão).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações serão classificadas em carteiras entre “C1” (menor risco) e “C5” (maior risco) e com ou sem características de ativo problemático. A constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ocorrerá com base em percentuais mínimos estabelecidos pela regulamentação, considerando o tempo de atraso, a classificação desses ativos financeiros por tipo de modalidade e garantia, sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito passará a ter 3 componentes:

- Provisão para perda incorrida: para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias);

- Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos;
- Provisão para perda esperada: perda estimada de acordo com os modelos internos da instituição.

A instituição deverá constituir a provisão com base no maior valor entre: (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada simplificada.

Diferente da regra vigente até 31 de dezembro de 2024, o modelo de avaliação para constituição de perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros, deverá considerar um escopo de aplicação mais amplo do que o atual modelo utilizado, abrangendo as exposições a garantias financeiras prestadas e demais exposições ao risco de crédito, registradas em contas contábeis de controle.

- Adoção da nova regra de ativos problemáticos

O instrumento financeiro será caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático), quando:

- Houver atraso superior a 90 dias no pagamento;
- Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;
- Houver indicativos de que a obrigação não será honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Uma vez que uma operação seja marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, também serão marcadas como ativos problemáticos.

A marcação de ativo problemático poderá ser revista quando o ativo estiver performando no pagamento de principal e juros (Cura) e:

- Existir um período sustentado de execução do pagamento por parte do cliente; e
- Existir amortização relevante do saldo devedor do cliente.

A Desenvolve SP não deverá reconhecer, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida, relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Por fim, a Desenvolve SP irá reconhecer os juros das operações da faixa entre 60 e 90 dias de atraso, não caracterizadas como ativo problemático, levando em consideração a data-base 31 de dezembro de 2024.

O impacto estimado do reconhecimento dos juros das operações vencidas entre 60 e 90 dias de atraso, foi de aproximadamente R\$ 84 mil, que representa R\$ 46 mil em seu patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários.

Esse montante será reconhecido contabilmente quando da adoção do normativo, em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas dos respectivos ativos financeiros.

- Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito – Metodologia Simplificada

A Desenvolve SP, por pertencer ao Segmento S4, utilizará a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

- Provisão para perdas incorridas – Ativos inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 a C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta. A provisão para perdas incorridas será estimada considerando:

- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e
- No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito deverá corresponder, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

- Provisão adicional:

Conforme a regulamentação vigente, a Instituição também deverá constituir complementarmente à provisão para perdas incorridas, provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 a C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

- Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;
- Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e
- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).

- Provisão para perda esperada:

O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da Instituição, com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas, com técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, bem como com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio.

- Total da provisão associada a perda de crédito:

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve corresponder, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e deverá considerar o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

Com base nos modelos adotados, foi estimado um incremento de provisão de aproximadamente R\$ 33,26 milhões, o que corresponde um efeito de (R\$ 18,3 milhões) em seu patrimônio líquido, líquido de efeito tributário, decorrente da adoção da nova metodologia para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Os efeitos do referido impacto serão registrados em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas redutoras dos ativos “Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito” relativamente à perda esperada para os ativos financeiros. Para os demais riscos e exposições, o registro será na rubrica “provisões”.

III. Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros

Os requerimentos de evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros serão atendidos integralmente, quando aplicáveis, nas demonstrações financeiras subsequentes a 31 de dezembro de 2024.

As rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), serão atualizadas para atender aos requerimentos de evidenciação, conforme normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.

A seguir, apresentamos quadro resumo dos ajustes descritos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e da Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023 e o respectivo efeito no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários:

		31.12.2024			
Letras Financeiras do Tesouro	Aplicação do novo critério de mensuração em VJORA	1.193.908	1.196.237	2.328	1.280
Operações de crédito	Reconhecimento dos juros das operações vencidas entre 60 e 90 dias	10.818	10.902	84	46
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Nova metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(171.461)	(204.721)	(33.260)	(18.293)
Efeito total no Patrimônio Líquido, líquido de efeitos tributários				(16.967)	

b) Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, estabelece o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras.

A partir de 1º de janeiro de 2025, essas instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas em operações inadimplidas e em operações com pessoas jurídicas em processo falimentar ou de recuperação judicial. A lei define critérios específicos para a dedução dessas perdas, incluindo a aplicação de fatores de ajuste, baseados no tempo de inadimplência e na natureza das garantias associadas aos créditos.

A realização dos créditos tributários provenientes das diferenças temporárias de provisões indedutíveis, demonstrada na nota explicativa nº 15b, ocorrerá quando esses créditos atingirem atraso acima de 90 dias e quando houver a reversão das referidas provisões, dado que os critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicáveis as instituições financeiras e utilizados anteriormente para mensurar a realização desses créditos, serão revogados a partir de 1º de janeiro de 2025, data que a Lei 14.467/2022 entra em vigor.

Adicionalmente, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

4 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento (Resolução CMN nº 2.682/1999 art.9º).

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

i. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. A Desenvolve SP utiliza os instrumentos financeiros derivativos somente para proteção de posição própria.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

- I - Hedge de risco de mercado; e
- II - Hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e
- (2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

- ii. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
 - Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso superior a 59 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida Resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682/1999.

- Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

d) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 9. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

f) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10% ao que exceder R\$ 240/ano)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 15b.

g) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados “pró-rata” dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa nº 29.

k) Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

l) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostas por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Disponibilidades	72	85
Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota explicativa nº 6)	82.770	51.948
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	82.842	52.033

6 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira – títulos e valores mobiliários

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	135.568	1.193.909	1.329.477	-	2.120.179	2.120.179
Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP (nota 6b) ⁽¹⁾	107.580	-	107.580	-	103.167	103.167
Cotas de Fundo de Renda Fixa	82.770	-	82.770	51.948	-	51.948
Letras do Tesouro Nacional – LTN	49.504	-	49.504	-	43.819	43.819
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de	-	6.915	6.915	-	6.712	6.712
(-) Provisões para desvalorizações	(26.649)	(124)	(26.773)	-	(11.987)	(11.987)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap vide Nota 6c)	9.989	3.411	13.400	-	-	-
Total	358.762	1.204.111	1.562.873	51.948	2.261.890	2.313.838

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, BB RF CP AUTOMÁTICO e BB RF REF DI TP FI, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil S.A.

⁽¹⁾ Os Fundos de Investimentos em Participações – FIP tiveram suas datas de encerramento prorrogadas de dez/23 para dez/25 conforme deliberações em Assembleias.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Fundo	31.12.2024				31.12.2023			
	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização
Inovação Paulista	25.000	22.229	56.864	(1.001)	25.000	22.229	51.905	-
Finhealth I (BBI Financial I)	10.000	10.000	45.706	(24.238)	10.000	10.000	45.706	(10.726)
Aeroespacial	15.000	5.010	5.010	(1.410)	15.000	5.556	5.556	(1.261)
Total	50.000	37.239	107.580	(26.649)	50.000	37.785	103.167	(11.987)

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. (Inovação Paulista e FinHealth) e Portcapital Gestora de Recursos Ltda. (Aeroespacial).

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição, visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC), se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap*, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

A Desenvolve SP adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

	31.12.2024			31.12.2023	
Swap - ativo	Valor Referencial (Conta de Compensação)	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado) ⁽²⁾	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)
(US\$+SOFR+taxa) ⁽¹⁾ x (R\$+%CDI)	158.205	13.400	17.580	(10.562)	(18.268)

⁽¹⁾ até 30 de junho de 2023 a taxa era Libor 6M + taxa, a partir de julho de 2023 a Libor foi substituída pela SOFR + 2,87826% aa

⁽²⁾ o resultado no 2º semestre de 2024 foi de R\$ 5.811.

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

	31.12.2024				31.12.2023	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Objeto	-	34.048	31.772	29.779	95.599	126.741
Instrumento	-	4.584	5.405	3.411	13.400	(10.562)

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

	31.12.2024				31.12.2023		
	Valor referencial	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Objeto	158.205	94.638	961	95.599	124.181	2.560	126.741
Instrumento	158.205	12.439	961	13.400	(13.122)	2.560	(10.562)

7 – Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	276.448	379.274	655.722	348.877	604.972	953.849
Financiamentos	214.524	780.903	995.427	196.551	632.312	828.863
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	203.245	848.746	1.051.991	94.454	570.401	664.855
Total da Carteira de Crédito	694.217	2.008.923	2.703.140	639.882	1.807.685	2.447.567
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(69.929)	(101.532)	(171.461)	(100.155)	(157.381)	(257.536)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	624.288	1.907.391	2.531.679	539.727	1.650.304	2.190.031

b) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos	55.635	117.243	158.159
Financiamentos	58.966	111.325	130.767
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	81.218	141.396	62.946
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.895	7.467	7.594
Total	200.714	377.431	359.466

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2024	Participação	31.12.2023	Participação
Setor Público	1.353.344	50%	794.087	32%
Administração Direta	1.353.344	50%	794.087	32%
Setor Privado	1.349.796	50%	1.653.480	68%
Outros serviços	703.266	26%	873.201	36%
Comércio	352.932	13%	436.251	18%
Indústria	287.778	11%	336.205	14%
Rural	5.729	-	7.687	-
Pessoas Físicas	91	-	136	-
Total	2.703.140	100%	2.447.567	100%

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal										31.12.2024	31.12.2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	1.351.662	298.071	324.880	455.069	67.647	24.604	16.832	8.247	34.994	2.582.006	2.221.685
01 a 30	32.667	7.772	10.288	15.855	2.271	1.194	585	412	1.068	72.112	54.680
31 a 60	23.389	6.601	8.215	12.568	1.939	1.058	488	372	902	55.532	44.740
61 a 90	21.948	6.541	7.830	12.169	1.944	1.076	485	384	900	53.277	42.695
91 a 180	64.054	20.033	24.043	35.594	5.320	3.121	1.310	947	2.609	157.031	121.623
181 a 360	128.662	36.904	45.508	64.582	9.011	4.898	1.932	1.809	5.135	298.441	269.433
Acima de 360	1.080.942	220.220	228.996	314.301	47.162	13.257	12.032	4.323	24.380	1.945.613	1.688.514
Parcelas Vencidas	-	221	755	1.878	293	928	52	7	490	4.624	6.016
01 a 30	-	221	610	1.531	259	578	52	7	393	3.651	4.634
31 a 60	-	-	145	347	34	350	-	-	97	973	1.382
Subtotal	1.351.662	298.292	325.635	456.947	67.940	25.532	16.884	8.254	35.484	2.586.630	2.227.701

Operações em Curso Anormal ^(a)										31.12.2024	31.12.2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	-	-	-	7.259	6.310	8.695	3.935	9.435	55.673	91.307	171.420
01 a 30	-	-	-	178	156	237	99	224	1.550	2.444	4.972
31 a 60	-	-	-	158	157	237	98	225	1.547	2.422	4.995
61 a 90	-	-	-	158	157	237	98	224	1.546	2.420	4.206
91 a 180	-	-	-	483	476	704	295	650	4.491	7.099	12.818
181 a 360	-	-	-	1.008	948	1.378	582	1.072	8.625	13.613	25.261
Acima de 360	-	-	-	5.274	4.416	5.902	2.763	7.040	37.914	63.309	119.168
Parcelas Vencidas	-	-	-	921	845	1.847	887	2.229	18.474	25.203	48.446
01 a 30	-	-	-	238	183	248	94	224	1.550	2.537	5.041
31 a 60	-	-	-	269	208	268	100	215	1.570	2.630	5.092
61 a 90	-	-	-	315	210	263	108	218	1.584	2.698	5.028
91 a 180	-	-	-	99	244	610	259	582	4.663	6.457	15.213
181 a 360	-	-	-	-	-	458	326	990	6.692	8.466	14.249
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	2.415	2.415	3.823
Subtotal	-	-	-	8.180	7.155	10.542	4.822	11.664	74.147	116.510	219.866
Total	1.351.662	298.292	325.635	465.127	75.095	36.074	21.706	19.918	109.631	2.703.140	2.447.567

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	Provisão %	31.12.2024		31.12.2023	
		Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA	-	1.351.664	-	796.770	-
A	0,5	298.292	(1.491)	314.723	(1.574)
B	1,0	325.634	(3.256)	373.638	(3.736)
C	3,0	465.126	(13.954)	561.350	(16.841)
D	10,0	75.093	(7.509)	97.894	(9.789)
E	30,0	36.075	(10.823)	60.444	(18.133)
F	50,0	21.705	(10.852)	44.158	(22.079)
G	70,0	19.918	(13.943)	44.020	(30.814)
H	100,0	109.633	(109.633)	154.570	(154.570)
Total		2.703.140	(171.461)	2.447.567	(257.536)

f) Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	205.666	257.536	211.850
Créditos baixados para prejuízo	(86.073)	(198.288)	(113.587)
Provisão constituída	51.868	112.213	159.273
Saldo Final	171.461	171.461	257.536

g) Informações complementares

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Créditos renegociados ⁽¹⁾	25.070	34.041	52.152
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	4.895	7.467	7.594

⁽¹⁾ Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. As operações renegociadas mantiveram, no mínimo, os *ratings* vigentes, admitindo-se melhora apenas nos casos de amortização relevante ou reforços de garantia.

8 - Outros Ativos

a) Outros valores e bens

	Custo	Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo Líquido de Provisão	
			31.12.2024	31.12.2023
Ativos não financeiros mantidos para venda – Imóveis recebidos	40.970	(2.367)	38.603	38.529
Despesas antecipadas	57	-	57	56
Total	41.027	(2.367)	38.660	38.585

b) Outros Créditos

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a receber	4.358	-	4.358	4.223	-	4.223
Devedores diversos – País	3.044	-	3.044	1.868	-	1.868
Adiantamentos e antecipações salariais	53	-	53	102	-	102
Devedores por compra de valores e bens	32	65	97	34	96	130
Outros	544	-	544	723	-	723
Total	8.031	65	8.096	6.950	96	7.046

9 - Imobilizado e intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de	Cus o líquido de Depreciação	
					31.12.2024	31.12.2023
Imóveis de Uso:						
- Terrenos	-	11.600	-	-	11.600	10.783
- Edificações	1,67%	20.161	(3.465)	-	16.696	16.393
Outras Imobilizações de Uso:						
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.898	(1.375)	-	523	389
Sistema de Processamento de Dados	20%	297	(145)	-	152	55
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	252	(213)	-	39	55
Instalações	10%	127	(119)	-	8	11
Total em 31/12/2024		34.335	(5.317)	-	29.018	-
Total em 31/12/2023		34.017	(4.791)	(1.540)	-	27.686

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
			31.12.2024	31.12.2023
Outros Ativos Intangíveis:				
Software – adquiridos	5.444	(3.787)	1.657	1.933
Software – gerados internamente	4.426	(1.033)	3.393	4.278
Total em 31/12/2024	9.870	(4.820)	5.050	-
Total em 31/12/2023	9.870	(3.659)	-	6.211

10 - Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	31.12.2024						31.12.2023	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDÉS	13.575	63.893	56.957	150.571	284.996	48,81	429.592	54,33
FUNGETUR	8.064	36.820	34.189	38.829	117.902	20,19	220.329	27,87
FINEP	1.949	10.010	15.179	147.987	175.125	29,99	130.010	16,44
FINAME	388	1.324	1.189	2.927	5.828	1,00	10.724	1,36
Total	23.976	112.047	107.514	340.314	583.851	100,00	790.655	100,00

b) Empréstimos no exterior

Tranche	Data da Liberação	Vencimento Final	Taxa de Juros	Valor liberado	31.12.2024			31.12.2023
					Circulante	Não circulante	Total	Total
IFC -1	14/05/2021	16/03/2026	SOFR + 2,87826% ⁽¹⁾	158.205	65.820	29.779	95.599	126.741
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	27.006	24.425	51.431	77.426
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	20.199	18.672	38.871	58.497
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	18.494	17.306	35.800	53.814
Total				430.015	131.519	90.182	221.701	316.478

⁽¹⁾ Até 30 de junho de 2023, a taxa de juros era Libor 6M + 2,45%. O instrumento de hedge também foi ajustado (vide Nota Explicativa nº 6c).

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em Reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC) teve tranche única, no montante de US\$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge*, conforme detalhado na nota explicativa nº 6c para a referida captação.

c) Outros passivos financeiros

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos para Destinação Específica ⁽¹⁾						
Programa Água Limpa	2.032	22.785	24.817	3.085	21.892	24.977
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo	20.322	-	20.322	23.863	-	23.863
Programa Frota Nova Município	333	9.795	10.128	882	8.835	9.717
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	72	1350	1.422	157	1.196	1.353
Programa Renova SP	-	-	-	184	-	184
Programa Desenvolve Municípios	-	-	-	-	-	-
Subtotal	22.759	33.931	56.689	28.171	31.923	60.094
Depósitos vinculados	69	-	69	68	-	68
Total	22.828	33.931	56.758	28.239	31.923	60.162

⁽¹⁾ Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo à Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

11- Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de Renda	9.194	-	9.194	59.959	-	59.959
Contribuição Social	13.170	-	13.170	56.107	-	56.107
Impostos e contribuições sobre salários	3.848	182	4.030	3.407	132	3.539
Impostos e contribuições diferidos	-	2.288	2.288	-	2.224	2.224
COFINS	1.972	-	1.972	1.866	-	1.866
PIS	320	-	320	303	-	303
Outros	364	-	364	423	-	423
Total	28.868	2.470	31.338	122.065	2.356	124.421

12 - Outros Passivos

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias (a)	32.238	-	32.238	32.842	-	32.842
Outras Obrigações (b)	30.639	652	31.291	33.161	471	33.632
Total	62.877	652	63.529	66.003	471	66.474

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	29.085	-	29.085	29.814	-	29.814
Participação nos lucros	3.153	-	3.153	3.028	-	3.028
Total	32.238	-	32.238	32.842	-	32.842

b) Outras obrigações

	31.12.2023			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	890	-	890	14.007	-	14.007
Provisões para despesas administrativas	18.430	-	18.430	7.948	-	7.948
Fornecedores	3.429	-	3.429	5.441	-	5.441
Provisões para despesas de pessoal	4.624	652	5.276	3.898	471	4.369
Credores diversos	2.992	-	2.992	1.722	-	1.722
Cobrança e arrecadação de tributos	274	-	274	145	-	145
Total	30.639	652	31.291	33.161	471	33.632

13- Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 20 de janeiro de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou o aporte de capital no montante de R\$ 1.000.000 (um bilhão de Reais).

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social de R\$ 3.156.476 está representado por 2.728.177.414 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram destinados para essa reserva o montante de R\$ 9.339 (R\$ 10.618 em 2023).

b.2) Reserva especial de lucro

A Reservas Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre o capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R\$ 133.080 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 151.289 em dezembro de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos juros sobre o capital próprio adicionais no valor de R\$ 64.662 e dividendos adicionais no valor de R\$ 86.627 referentes ao exercício de 2023.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido	186.779	212.336
(-) Reserva Legal	(9.339)	(10.618)
Base de Cálculo Ajustada	177.440	201.718
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	44.360	50.429
JCP adicionais propostos	57.021	64.662
Reserva de lucros	76.059	86.627

d) Lucro por ação

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do período	103.719	186.779	212.336
Número de Ações	2.728.177.414	2.728.177.414	2.728.177.414
Lucro por ação (R\$)	0,03802	0,06846	0,07783

14 - Desdobramento das contas de resultado

a) Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio

	2º Sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	81.999	183.916	290.555
Rendas de aplicações em fundos de investimento	8.328	12.729	14.574
Lucros com títulos de renda fixa	1.850	4.798	852
Provisão p/ desvalorização de títulos	(1.188)	(14.787)	(6.464)
Total	90.989	186.656	299.517

b) Operações de empréstimos, cessões e repasses

	2º Sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Despesas de empréstimos no exterior	(23.906)	(54.100)	(48.407)
Despesas de repasses - BNDES	(14.960)	(35.779)	(45.467)
Despesas de repasses - FUNGETUR	(5.292)	(11.885)	(21.993)
Despesas de repasses - FINEP	(2.285)	(4.432)	(4.307)
Despesas de repasses - FINAME	(314)	(769)	(1.168)
Despesas de repasses - outros	(2.996)	(5.954)	(5.525)
Total	(49.753)	(112.919)	(126.867)

c) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Receitas de prestação de serviços	28.255	52.133	54.106
Rendas de tarifas bancárias	5.520	8.531	16.234
Total	33.775	60.664	70.340

d) Despesas de pessoal

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Proventos	(16.738)	(32.862)	(29.781)
Encargos sociais	(6.253)	(12.343)	(10.929)
Benefícios	(6.577)	(12.447)	(8.661)
Honorários de diretores e conselheiros	(2.863)	(5.290)	(3.840)
Treinamento	(630)	(872)	(415)
Estagiários	(550)	(891)	(578)
Total	(33.611)	(64.705)	(54.204)

e) Outras despesas administrativas

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Serviços técnicos especializados ^(a)	(13.056)	(24.111)	(19.810)
Processamentos de dados ^(b)	(11.595)	(21.685)	(18.919)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.) ^(c)	(5.455)	(11.596)	(8.953)
Propaganda e publicidade ^(d)	(3.238)	(4.137)	(493)
Contribuições filantrópicas	(2.480)	(2.620)	(4.500)
Serviços de terceiros ^(e)	(1.572)	(2.241)	(979)
Patrocínios e relações públicas ^(d)	(1.132)	(2.133)	(1.752)
Manutenção e conservação de bens	(903)	(1.765)	(1.688)
Amortização	(560)	(1.161)	(465)
Serviços do sistema financeiro	(422)	(809)	(803)
Transporte	(417)	(761)	(735)
Publicações	(328)	(754)	(318)
Depreciação	(274)	(527)	(443)
Materiais de Escritório	(280)	(406)	(578)
Comunicações	(196)	(354)	(305)
Vigilância e segurança	(171)	(343)	(322)
Água, energia e gás	(158)	(331)	(285)
Viagem no país	(110)	(249)	(229)
Viagem ao Exterior	(21)	(109)	-
Seguros	(42)	(83)	(83)
Total	(42.410)	(76.175)	(61.660)

^(a) Aumento com honorários advocatícios com contratação de escritórios terceirizados R\$ 12.208 (R\$ 10.175 em 2023) e consultas de análise de crédito R\$ 6.527 (R\$ 3.918 em 2023).

^(b) Aumento com as equipes de apoio aos sistemas legados R\$ 20.469 (R\$ 17.162 em 2023).

^(c) Aumento com despesas custas legais e judiciais em ações de cobrança R\$ 10.128 (R\$ 7.928 em 2023).

^(d) As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Aumento de publicidade em radio, tv e mídias sociais.

^(e) Aumento de serviço de cobrança R\$ 803 (R\$ 88 em 2023) e despesas com montagem de salas R\$ 319.

f) Despesas tributárias

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Contribuição ao COFINS	(11.488)	(22.146)	(23.897)
Contribuição ao PIS	(1.867)	(3.599)	(3.883)
ISSQN	(895)	(1.546)	(1.959)
IPTU	(201)	(451)	(696)
Outras	(67)	(67)	(21)
Total	(14.518)	(27.809)	(30.456)

g) Outras receitas operacionais

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Varição Cambial s/empréstimo no exterior	-	-	10.913
Recuperação de despesas ⁽¹⁾	9.262	16.123	6.848
Reversão Despesas Administrativas	1.328	3.269	928
Ajuste valor de mercado s/empréstimo no exterior	2.068	2.068	-
Reversão provisão perdas por redução ao valor recuperável de ativos	1.540	1.540	-
Laudos de avaliação de bens	97	169	188
Outras	67	145	54
Total	14.362	23.314	18.931

⁽¹⁾ Refere-se ao ressarcimento de custas processuais e consultas de análise de crédito efetuados pelos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo administrados pela Desenvolve SP.

h) Outras Despesas operacionais

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Perdas com operações de crédito	11.143	11.191	99
Atualização IRPJ	-	581	432
Atualização CSLL	-	549	411
Provisão perdas por redução ao valor recuperável de ativos	-	-	1.540
Outras	13	77	112
Total	11.156	12.398	2.594

15 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	2º sem/2024		31.12.2024		31.12.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e	143.076	143.076	258.781	258.781	294.186	294.186
Participação dos empregados	(3.106)	(3.106)	(4.775)	(4.775)	(4.745)	(4.745)
Resultado após a participação dos empregados	139.970	139.970	254.006	254.006	289.441	289.441
Alíquotas vigentes^(a)	25%	20%	25%	20%	25%	20%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes^(b)	(34.992)	(27.994)	(63.501)	(50.801)	(72.362)	(57.888)
Adições	(19.261)	(15.282)	(40.676)	(32.312)	(55.651)	(44.361)
Exclusões	30.520	24.406	46.743	37.375	11.354	9.064
Incentivos Fiscais	2.498	-	2.697	-	4.577	-
Prorrogação de licença maternidade	9	-	15	-	34	-
Juros sobre capital próprio	13.956	11.165	25.346	20.277	28.773	23.018
Imposto de Renda e CSLL corrente	(7.270)	(7.705)	(29.376)	(25.461)	(83.275)	(70.167)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	(11.802)	(9.443)	(6.848)	(5.479)	42.470	33.976
Passivo fiscal diferido líquido	(17)	(13)	(35)	(28)	(61)	(48)
Imposto de Renda e CSLL diferido	(11.819)	(9.456)	(6.883)	(5.507)	42.409	33.928
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(19.089)	(17.161)	(36.259)	(30.968)	(40.866)	(36.239)

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	Saldo em 31.12.2023	Baixa	Constituição	Saldo em 31.12.2024
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	165.471	(68.410)	50.523	147.584
Rendas de atraso	13.483	(9.886)	3.371	6.968
Provisões para desvalorização de títulos livres	5.394	(25)	6.679	12.048
Provisões para despesas administrativas	4.500	(3.171)	8.294	9.623
Provisões para desvalorização de BNDU	923	-	142	1.065
Provisões para passivos contingentes	779	(705)	862	936
Provisões para outros créditos	6	(1)	-	5
Total dos créditos tributários diferidos	190.556	(82.198)	69.871	178.229
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(2.225)	-	(63)	(2.288)
Total das obrigações tributárias diferidas	(2.225)	-	(63)	(2.288)

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho 2020 (em função da publicação da Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022 e da Lei 15.078, de 27 de dezembro de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, os créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, serão deduzidos a partir de janeiro de 2026, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração), conforme demonstrado a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	Acima de 2029	Total
Valor nominal	57.072	27.928	21.777	16.909	14.774	39.769	178.229
Valor presente	49.628	21.587	15.233	10.753	8.541	19.123	124.865

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

16 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No exercício, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI. Outros serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R\$ 4.706 (R\$ 4.794 em 2023), serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da Instituição R\$ 614 (R\$ 158 em 2023), serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo R\$ 6.099 (R\$ 4.783 em 2023) e serviços de locação de notebooks com fornecimento de software, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teleatendimento técnico em manutenção “on site” R\$ 2.661 (R\$ 1.894 em 2023).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No exercício de 2024, as despesas totalizaram R\$ 248 (R\$ 251 em 2023).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No exercício de 2023, as despesas totalizaram R\$ 42.

FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - Prestação de serviços de administração e gestão de recursos de fundos públicos. Em 2024, as receitas com administração dos Fundos totalizaram R\$ 49.573 (R\$ 51.922 em 2023), as receitas com liberação de recursos R\$ 2.550 (R\$ 2.184 em 2023) e as receitas com recuperação de despesas R\$ 15.473 (R\$ 6.397 em 2023). Em 31 de dezembro de 2024, está registrado no ativo o valor a receber de R\$ 5.283 (R\$ 4.440 em 31 de dezembro de 2023).

Desenvolve SP		31.12.2024					31.12.2023				
Descrição	Prodesp	Fundos	IPT	SEADE	Total	Prodesp	Fundos	IPT	SEADE	Total	
Ativo		5.283					4.440				
Administração de Fundos Públicos Estaduais		5.283					4.440				
Resultado											
Administração de Fundos Públicos Estaduais		67.596					60.503				
Serv. Consultoria, Desenvolvimento e Manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo	(6.099)				(6.099)	(4.783)				(4.783)	
Serv. Hospedagem servidor externo	(4.706)				(4.706)	(4.794)				(4.794)	
Serv. Locação de Notebooks e fornecimento de Software	(1.531)				(1.531)	(1.102)				(1.102)	
Serv. Plataforma de colaboração e produtividade	(1.130)				(1.130)	(792)				(792)	
Serv. Publicidade Legal	(614)				(614)	(158)				(158)	
Serv. Técnico Especializado de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação			(248)		(248)			(251)		(251)	
Serv. Técnico especializado associado à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos				-	-				(42)	(42)	
Total	(14.080)	67.596	(248)	-	(14.328)	(11.629)	60.503	(251)	(42)	(11.922)	

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
Benefícios de Curto Prazo	10.229	19.997	18.106
Superintendentes	6.877	13.733	13.554
Diretoria ^(a)	1.775	3.272	1.809
Conselho de Administração ^(a)	770	1.531	1.305
Comitê de Auditoria	550	948	977
Conselho Fiscal	257	513	461
Outros Benefícios de Longo Prazo	288	514	317

Diretoria ^(a)	288	514	317
Total	10.517	20.511	18.423

^(a) Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

17 - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2023	Reclassificação	Baixa	Provisão	Reversão	31.12.2024
Trabalhista	968	(19)	(264)	1.663	(1.341)	1.007
Cível	759	19	-	252	(226)	804
Total	1.727	-	(264)	1.915	(1.567)	1.811

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhista	2.585	414
Cível	1.245	1.076
Total	3.830	1.490

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

18 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelece a segmentação das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para aplicação proporcional da regulação prudencial.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB). Esse enquadramento determina exigências regulatórias específicas que influenciam sua estrutura de gerenciamento de risco de capital.

19 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) define os riscos que a instituição está disposta a assumir, os limites para cada tipo de risco e sua tolerância a variações inesperadas.

A RAS é um instrumento estratégico que reflete a disposição e capacidade da Desenvolve SP em gerenciar riscos de maneira controlada, garantindo conformidade regulatória e alinhamento aos objetivos estratégicos. A versão revisada em 2024 incorporou a definição de limites globais e operacionais, regulatórios e gerenciais, além de limites específicos para a execução de estratégias setoriais e de produtos, considerando as premissas estratégicas estabelecidas para o período de 2025 a 2029.

20 - Integração entre os riscos

A abordagem de gerenciamento de riscos da Desenvolve SP visa assegurar que os diferentes tipos de risco sejam tratados de maneira integrada, evitando efeitos adversos cumulativos e garantindo maior eficiência na alocação de capital.

A instituição adota uma abordagem integrada para os riscos relevantes: crédito, operacional, liquidez, social, ambiental, climático e de mercado. Desde janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros na carteira bancária (IRRBB) também passou a ser considerado relevante, sendo calculado conforme metodologia estabelecida pelo Bacen.

Para mitigar impactos, são implementadas medidas preventivas, tais como testes de estresse, monitoramento contínuo e integração de cenários na gestão de capital.

21 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da Instituição.

a) Estrutura Organizacional

A responsabilidade pelo gerenciamento de riscos e capital é da Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), vinculada à Diretoria de Controle de Riscos. A Suric atua por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

b) Estrutura de Sistemas

A instituição dispõe de um sistema interno que abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, o monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos riscos considerados relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

22 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco de Crédito

A Desenvolve SP conta com uma Diretoria de Controle de Riscos (DCR), cuja missão é assegurar que os riscos decorrentes da concessão de crédito e de outras atividades relevantes sejam identificados, controlados e mitigados. Esse processo visa garantir a proteção dos ativos, a sustentabilidade dos negócios e a otimização da alocação de capital.

A estrutura da DCR é composta por três unidades subordinadas, cada uma com responsabilidades específicas em relação ao risco de crédito:

- **Superintendência de Crédito:**
 - Planejar, implementar e administrar princípios de crédito;
 - Propor as políticas de cadastro e crédito;
 - Gerir granularmente a carteira de crédito, incluindo a análise de inadimplência e a execução de ações corretivas para mitigação de riscos;
 - Analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos de investimento de empresas;
 - Definir e propor às alçadas competentes as políticas e os processos de cobrança que viabilizem a redução das perdas financeiras com inadimplência.
- **Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas:**
 - Definir e propor às alçadas competentes a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito e a Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da instituição;
 - Monitorar potenciais perdas financeiras oriundas do risco de crédito;

- Propor ações de melhoria nas políticas, regras e parâmetros de crédito e de operações financeiras nas suas respectivas instâncias, quando da identificação de tendências de materialização de riscos que comprometam os níveis de capital e os resultados estimados da instituição;
 - Supervisionar os limites regulatórios e gerenciais relacionados ao risco de crédito, garantindo a conformidade com a regulamentação vigente e a efetividade dos controles internos;
 - Coordenar a elaboração, revisão e implementação das metodologias de risco de crédito, incluindo modelos de estimação de perdas, segmentação de carteira, análise de concentração de risco e avaliação de ativos problemáticos;
 - Validar e atualizar periodicamente as premissas utilizadas nos modelos de risco, garantindo aderência às regulamentações e às melhores práticas de mercado;
 - Reportar periodicamente os indicadores de risco e as exposições significativas ao Comitê de Riscos e Controles Internos (CRC).
- **Superintendência de Suporte ao Negócio:**
 - Formalizar as operações de crédito aprovadas pelas devidas instâncias, averiguando sua conformidade;
 - Administrar as atividades desenvolvidas por empresas terceirizadas para prestação de serviços de avaliação e vistoria de bens oferecidos em garantia, bem como o acompanhamento de projetos de investimento, garantindo o cumprimento das condições contratadas;
 - Analisar, processar e controlar a documentação e as garantias das operações de crédito, assegurando sua adequação às normas internas operacionais, regulamentações e legislações vigentes.

Cabe destacar que a gestão do risco de crédito é realizada de forma segregada entre a Suric e a Sucre, de acordo com suas respectivas competências.

O valor destinado à alocação de capital para o risco de crédito é representado pela parcela RWA_{CPAD} , calculada em conformidade com a regulamentação vigente.

b) Risco Operacional

A metodologia para mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional está formalmente descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração.

A alocação de capital para esse risco é determinada pelo cálculo da parcela RWA_{OPAD} , conforme a metodologia definida pelo Banco Central do Brasil, utilizando a Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

O controle de liquidez na Desenvolve SP é realizado por meio de procedimentos diários.

O Plano de Contingência de Liquidez, que integra as diretrizes da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, garantindo a operacionalização e a eficácia dos mecanismos de monitoramento e resposta a eventuais tensões de liquidez.

d) Riscos Social, Ambiental e Climático

A Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC) define os critérios socioambientais e climáticos que devem ser observados na concessão de crédito, na avaliação de garantias e nas contratações administrativas. O Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (SARASC) integra procedimentos que devem ser incorporados nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações, avaliação de garantias e renegociações, assegurando a integração dos aspectos socioambientais e climáticos nas operações e decisões da instituição.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que a carteira da instituição é composta por operações de crédito e pelos recursos da tesouraria – classificados na carteira bancária e não na carteira de negociação – o risco de mercado é representado pelo IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), cujo cálculo está em conformidade com as regulamentações do Banco Central do Brasil.

O IRRBB é considerado um risco relevante, não compondo o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), mas atuando na redução da margem de alavancagem. Assim, deve ser apurado de forma complementar às necessidades de capital, monitorado e controlado em função da margem de alavancagem, com reportes periódicos à alta administração, para a estimativa de um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos assumidos.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Desenvolve SP possibilita a avaliação contínua da necessidade de capital para absorção dos riscos aos quais a instituição está exposta. O Plano de Capital, aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, está alinhado com o planejamento estratégico institucional e é complementado pelo Plano de Contingência de Capital. Para um horizonte de três anos, são projetados todos os índices de capital, permitindo a análise e a adequação da futura posição de capital da instituição.

23 – Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, o relatório Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital. A responsabilidade pela divulgação deste relatório é do Diretor de Controle de Riscos, que gerencia os riscos e o capital da instituição. A divulgação inclui a disponibilização, em formato flexível conforme as diretrizes do Bacen, da tabela OVA – Visão Geral do Gerenciamento de Riscos. A produção das informações é de competência da Suric.

24 - Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)

O Relatório GRSAC tem por objetivo descrever a governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático. Esse relatório evidencia o papel do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada e do Diretor de Controle de Riscos na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação desses riscos, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com periodicidade anual, o relatório é apresentado por meio da Tabela GVR – Governança do Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático, conforme determina o Bacen.

25 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange todos os riscos relevantes, conforme definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da instituição. Esses testes são fundamentais para validar a resiliência do portfólio de riscos diante de cenários adversos.

26 - Relatórios

Mensalmente, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem relatórios gerenciais que abordam o gerenciamento de riscos e de capital. Além disso, é apresentado, de forma trimestral ou em caráter emergencial, o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital, conforme a necessidade.

27 - Limites Operacionais

As Resoluções nº 4.955 e 4.958, de 21 de outubro de 2021, do Conselho Monetário Nacional, orientam os cálculos para o requerimento de capital compatível com os riscos das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. No âmbito de Basileia III, foram estabelecidas regras para assegurar a compatibilidade do capital com os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional. Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas para suportar esses riscos é realizado com base nos modelos padronizados divulgados pelo Bacen.

Destaca-se que a Desenvolve evidencia parcela de seu PR para operações de crédito com o setor público, a qual, somada ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontada do PR. Esse PR é denominado Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (PR_{RWA}).

Assim, a Desenvolve SP opera dentro dos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme ilustrado no quadro abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R\$ MIL	
	31.12.2024	31.12.2023
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	3.389.638	3.399.908
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR_{RWA})	2.789.638	3.049.908
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	2.789.638	3.049.908
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE		
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	3.389.638	3.399.908
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_{II})		
CAPITAL PRINCIPAL	3.389.638	3.399.908
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	600.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	29.018	27.686
PARCELA RWA_{CPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	2.994.623	2.970.050
PARCELA RWA_{MPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	2.635	4.918
PARCELA RWA_{OPAD} - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	907.399	700.143
IRRBB - risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária	115.886	126.721
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO ($RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$)	3.904.657	3.675.111
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	1.365.801	1.497.267
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% a partir de 01/04/2022	97.616	91.878
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO IRRBB E ACP	2.263.762	2.537.300
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 10,5%, considerando ACP)	71,44%	82,99%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	71,44%	82,99%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	71,44%	82,99%

28 - Análise de Sensibilidade

A Desenvolve SP classifica todas as operações de crédito e de tesouraria na carteira bancária, não possuindo operações na carteira de negociação. Conforme as condições previstas na Resolução nº 02/2020, de 12 de agosto de 2020, do Banco Central do Brasil, a instituição realiza análises de sensibilidade aplicando testes de estresse aos instrumentos da carteira bancária, os quais são suscetíveis ao risco de variação de taxas de juros.

Os testes de estresse consistem em simulações por meio de choques paralelos nas curvas de juros, para mensurar a eventual perda do PR_{RWA} .

Tais análises abrangem tanto as exposições da carteira ativa quanto da passiva, com os resultados apresentados de forma consolidada, considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do exercício.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
REDUÇÃO DO PR_{RWA}, EM PERCENTUAL, DEVIDO A AUMENTO NAS CURVAS DE JUROS, POR MEIO DE CHOQUES PARALELOS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Taxa de Juros Pré - Fixada	0,0160%	0,0386%	0,0732%
Cupom de taxa de juros - TJLP	0,0035%	0,0085%	0,0161%
Cupom de taxa de juros - TLP	-0,0045%	-0,0104%	-0,0185%
Cupom de índice de preço - IPCA	0,0320%	0,0769%	0,1447%
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	0,0010%	0,0024%	0,0047%
Cupom de índice de preço - INPC	0,0035%	0,0081%	0,0147%
Cupom de taxa de juros - TR	0,0152%	0,0362%	0,0668%

Nota: o PR utilizado é o Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (PR_{RWA}).

Cenário 1: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 2 pontos percentuais.

Cenário 2: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 5 pontos percentuais.

Cenário 3: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 10 pontos percentuais.

29 - Outras informações

Resultados recorrentes/não recorrentes

	2º sem/2024			31.12.2024			31.12.2023		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	297.514	-	297.514	581.667	-	581.667	640.715	-	640.715
Despesas da Intermediação Financeira	(101.621)	-	(101.621)	(225.132)	-	(225.132)	(286.140)	-	(286.140)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	195.893	-	195.893	356.535	-	356.535	354.575	-	354.575
Outras receitas (despesas) operacionais ⁽¹⁾	(52.510)	-	(52.510)	(97.457)	-	(97.457)	(59.476)	-	(59.476)
Resultado operacional	143.382	-	143.382	259.078	-	259.078	295.099	-	295.099
Resultado não operacional ⁽¹⁾	(307)	-	(307)	(297)	-	(297)	(815)	(98)	(913)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	143.075	-	143.075	258.781	-	258.781	294.284	(98)	294.186
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽²⁾	(36.250)	-	(36.250)	(67.227)	-	(67.227)	(77.149)	44	(77.105)
Participações no Lucro	(3.106)	-	(3.106)	(4.775)	-	(4.775)	(4.745)	-	(4.745)
Lucro Líquido	103.719	-	103.719	186.779	-	186.779	212.390	(54)	212.336

Resultados não recorrentes:

⁽¹⁾ Referem-se a:

2023: prejuízo na alienação de imóveis recebidos em dação de pagamentos (R\$98)

2023: efeito dos tributos sobre o prejuízo na alienação de imóveis recebidos em dação de pagamentos (R\$44)

30 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua conclusão.

DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente
Karen Kemely Mussi Mhereb – Diretora Financeira
Gustavo José Melo Santos - Diretor de Negócios
Flavio Duarte de Oliveira – Diretor Administrativo
Ana Paula Teixeira de Souza – Diretora de Controles de Riscos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração
Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Júnior
Cristiano Bonfim da Cruz
Diego Allan Vieira Domingues
Fabrício Rodrigues da Cruz
Francisco Vidal Luna
Jerônimo Antunes
Jorge Tatino Júnior
Luiz Márcio de Souza
Marcelo Diniz de Paula Rocha
Ricardo Dias de Oliveira Brito

COMITÊ DE AUDITORIA

Marcelo Diniz de Paula Rocha – Coordenador do Comitê de Auditoria
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho
Bruno Ribeiro da Rocha
Luana Roriz Meireles
Maurício Pozzobon Martins

CONSELHO FISCAL

Eduardo Aggio de Sá – Conselheiro Fiscal efetivo
Thiago Waltz Alves – Conselheiro Fiscal suplente
Eugenia Cristina Cleto Marolla – Conselheira Fiscal efetiva
Diogo Colombo Braga – Conselheiro Fiscal suplente
Jorge Luiz de Lima – Conselheiro Fiscal efetivo
Thierry Mendes Jorge – Conselheiro Fiscal suplente
Humberto Macedo Pucinelli – Conselheira Fiscal efetivo
Roberto Yoshikazu Yamazaki – Conselheiro Fiscal suplente
Juliana Augusto Cardoso – Conselheira Fiscal efetiva
Marcos Akamine Wolff – Conselheiro Fiscal suplente

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Gustavo Carvalho Araujo
Contador CRC 1SP240330/O-0